



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
CURSO DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TECNOLOGIA
EM COMÉRCIO EXTERIOR**

(PROPOSTA DE CRIAÇÃO)

**BELÉM-PA
2016**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

VOCAÇÃO

O Desenvolvimento do ser humano no contexto amazônico, considerando os aspectos econômicos, sociais e culturais.

MISSÃO

Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência científico-cultural de ensino, pesquisa e extensão, em nível nacional

PERFIL INSTITUCIONAL

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
TRAV. ENÉAS PINHEIRO, Nº 2626 - MARCO
CEP: 66.095-100
BELÉM-PARÁ

REITORIA

Reitor: Juarez Antônio Simões Quaresma

Vice-reitor: Rubens Cardoso da Silva

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento: Carlos José Capela Bispo

Pró-Reitora de Extensão: Mariane Cordeiro Alves Franco

Pró-Reitora de Graduação: Ana da Conceição Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antonia Margareth Moita Sá

DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA

Diretora: Eliane de Castro Coutinho

Vice-Diretor: Marcio Franck de Figueiredo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO
EXTERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO (Portaria nº 4344, de 21 de
outubro de 2014)**

MEMBROS	FORMAÇÃO
Ana da Conceição Oliveira	Mestre em Educação e Avaliação
Edmundo Alberto Branco de Oliveira	Pós-Doutor em Direito Bacharel em Direito
Raimundo Miguel dos Reis Pereira	Mestre em Sociologia Graduado em Ciências Sociais
Manoel Alves da Silva	Doutor em Ciências Sócio-Ambientais Graduado em Ciências Sociais
Luzia Jucá	Bacharel em Direito e aperfeiçoamento em Cooperação Internacional
Antônio Carlos Braga Silva	Mestre em Planejamento e Políticas Públicas Graduado em Letras
Maria de Fátima de Alencar Macedo	Mestre em Administração de Recursos Humanos Graduada em Pedagogia

SUMÁRIO

I – IDENTIFICAÇÃO

II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)

2.1 Interiorização

2.2 Princípios

2.3 Finalidades

III – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA.

3.1 Graduação

3.2 Pós-Graduação

3.3 Pesquisa e Extensão

IV – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)

V – JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

VI – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CURSO

VII – OBJETIVOS

7.1 – Específicos

VIII – PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

IX - DIMENSÃO METODOLÓGICA

X – DURAÇÃO DO CURSO/VAGAS/INGRESSO

XI – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

11.1 Conversão de Hora-Aula para Hora-Relógio

11.2 Atividades Curriculares Admitidas pelo Curso

1) Disciplinas Curriculares

2) Estágio Curricular Supervisionado

3) Atividades Complementares

4) Seminários

5) trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

XII – AVALIAÇÃO

12.1 Avaliação da Aprendizagem

12.2 – Avaliação do Projeto

XIII – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

XIV – ESTRUTURA FÍSICA

XV – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

XVI – PARCERIAS – CONVÊNIOS E INTERCÂMBIOS

XVII – FORMAÇÃO CONTINUADA – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

XVIII – EMENTAS

18.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

18.1.1 NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

18.1.2 NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

18.1.3 NÚCLEO DE FORMAÇÃO PRÁTICA

18.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

18.2.1 NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

18.2.2 NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, por Núcleo.

Quadro 2- Demonstrativo da Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior das disciplinas, por semestre com as respectivas cargas horárias semanais e semestrais.

Quadro 3- Demonstrativo das disciplinas Optativas do Núcleo de Formação Básica

Quadro 4- Demonstrativo das disciplinas Optativas do Núcleo de Formação Específica

Quadro 5- Demonstrativo da Composição da Carga Horária do Curso

Quadro 6- Conversão de unidades de tempo de Carga horária de aula x Carga horária Relógio

Quadro 07 - Discriminação das Atividades Complementares

Quadro 08 – Seminários curriculares para o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Quadro 09 – Instalações físicas necessárias à estruturação do curso

Quadro 10 - Relação dos Móveis e Equipamentos da Clínica de Comércio Exterior

ANEXOS

ANEXO 01. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 3, DE 18/12/2002: Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia.

ANEXO 02. Croquis do ambiente de funcionamento da Clínica.

ANEXO 03. Termo de Cooperação Técnica nº 010/2014 entre SEICOM e UEPA

ANEXO 04. Protocolo de Intenções nº001/2014 entre EGPA e UEPA.

ANEXO 05. Convênio entre EGPA e UEPA sobre parceria de logística para implantação do Curso.

ANEXO 06. Resolução CNE/CES Nº 3, de 2 de julho de 2007: Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 NOME DO CURSO: Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

1.2 TÍTULO PROFISSIONAL: Tecnólogo em Comércio Exterior

1.3 MODALIDADE: Presencial

1.4 ÁREA: Gestão e Negócios

1.5 INSTITUIÇÃO PROMOTORA: Universidade do Estado do Pará – UEPA

1.6 UNIDADE EXECUTORA: Universidade do Estado do Pará (UEPA) em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA)

II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)

As referências sobre a história do ensino superior no Estado do Pará têm origem na segunda metade do século XIX, sob inspiração jesuítica que caminhou num ritmo lento até a década de 1930, tendo a partir daí desenvolvido um processo mais acelerado.

A implantação do ensino superior no Estado do Pará seguiu diversos aspectos comuns ao restante do país, com características marcantes de criação de Escolas e Faculdades isoladas, que formavam profissionais para atender a um determinado mercado de trabalho. Assim, tardiamente, na década de 1940, o Ensino Superior Estadual iniciou com a Escola de Enfermagem do Pará, na cidade de Belém, criada pelo Decreto no 174, de 10 de novembro de 1944, e reconhecida pelo Decreto Federal no 26.926, de 21 de julho de 1949, subordinada ao Departamento Estadual de Saúde.

A Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP, implantada em 1961, dotada de autonomia didática, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Pará, passou a ser o órgão responsável pela política de Ensino de 2o e 3o graus no Estado. Entretanto, a Escola de Enfermagem do Pará só foi incorporada à FEP no ano de 1966, com a denominação de Escola de Enfermagem “Magalhães Barata”, tornando assim a FEP, de fato e de direito, a Entidade Mantenedora do Ensino Superior Estadual.

A expansão do Ensino Superior na rede Estadual ocorreu na década de 1970, com a criação da Escola Superior de Educação Física, reconhecida pelo Decreto no 78.610, de 21 de novembro de 1976, e da Faculdade de Medicina do Pará, reconhecida por meio do Decreto no 78.525, de 30 de setembro de 1976. No ano de 1983, foi criada a Faculdade Estadual de Educação – FAED, com o Curso de Pedagogia, iniciando no âmbito da esfera estadual, a formação superior para professores do ensino médio, reconhecida pela Portaria Ministerial no 148, de 04 de julho de 1991. Nesse mesmo ano na Faculdade de Medicina do Pará, foram implantados dois novos Cursos de Graduação na área da saúde: Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Em 1986, a FAED implantou as Licenciaturas em Matemática e Educação Artística – Habilitação em Educação Musical. Em 1989, foi implantado o Instituto Superior de Educação Básica – ISEP, vinculado inicialmente à Secretaria Estadual de Educação, com o Curso de Formação de Professores do Pré-Escolar e 1a a 4a séries do Ensino Fundamental, passando a fazer parte em 1992 da estrutura da FEP.

A Universidade do Estado do Pará – UEPA, nasceu, portanto da fusão e experiência dessas Escolas e Faculdades Estaduais isoladas acima citadas. Criada

pela Lei Estadual no 5.747, de 18 de maio de 1993, com sede e fórum na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, foi autorizada a funcionar por meio do Decreto Presidencial de 04/04/1994. De acordo com seu Estatuto, caracteriza-se como uma instituição organizada como autarquia de regime especial e estrutura multicampi, gozando de autonomia didática, científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. É administrada por um órgão central, a Reitoria, e por outros setoriais, como Centros, Cursos e Departamentos. Essa estrutura organizacional, da qual os colegiados são os órgãos máximos, traduz o tradicionalismo típico do ensino superior brasileiro na adoção de modelos únicos, independentemente de características locais ou regionais.

2.1 Interiorização

Há poucos anos, o ensino superior estadual era ministrado exclusivamente na capital do Estado. Diante da realidade educacional que se apresentava no Estado do Pará, resultante de suas características peculiares, em termos de desenvolvimento socioeconômico e amplitude geográfica, a antiga Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP tomou a decisão política de estender os cursos de graduação aos demais municípios do Estado.

A década de 1990 foi marcada com a primeira experiência de interiorização do ensino superior sob a responsabilidade do poder estadual, no município de Conceição do Araguaia, onde passou a funcionar uma extensão do Curso de Pedagogia da Capital, constituindo assim o Pólo de Conceição do Araguaia. Concomitantemente, nos municípios de Altamira, Paragominas e Marabá, além de Conceição do Araguaia, foram implantadas as extensões dos cursos mais antigos, Enfermagem e Educação Física, integrando o Sistema denominado Modular. Foi o início da tomada de consciência da importância da Universidade no interior do Estado.

Essa decisão foi embasada no pressuposto de assumir o compromisso de buscar soluções ao atendimento das necessidades específicas do Estado, em áreas que não estavam sendo alcançadas por outras instituições, de modo a socializar a difusão dos conhecimentos já sistematizados e a produção de novos conhecimentos.

A implantação do Projeto de interiorização dos Cursos de Graduação da UEPA pretende contribuir com o desenvolvimento regional, proporcionando possibilidades de encontrar respostas aos desafios típicos do Estado, através de ações que visem à formação de profissionais qualificados para o exercício de atividades nas áreas da saúde e da educação.

A interiorização do ensino superior, em um Estado como o Pará, é uma necessidade óbvia, uma vez que suas dimensões territoriais tornam quase

impossíveis, à maioria da população, um deslocamento para a Capital, para a realização de cursos prolongados. Ao mesmo tempo, boa parte dos estudantes que vencendo todas as dificuldades, desloca-se do interior para Belém, fixa-se na Capital ao término de seu curso esvaziando os municípios de recursos humanos qualificados.

Assim, por decisão política e existência de condições satisfatórias, alguns cursos, hoje, estão sendo ministrados em municípios do interior do Estado onde foram implantados os núcleos universitários – Altamira, Conceição do Araguaia, Igarapé-Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí, Vigia, Barcarena, Cametá e Salvaterra.

É no contexto desta estrutura administrativa e acadêmica que se insere o projeto de implantação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior visando somar esforços para que a UEPA atinja seus fins acadêmico-institucionais.

No aspecto normativo é regida pelo seu Estatuto e Regimento Geral, aprovado pelo Conselho Superior Universitário – CONSUN, através da Resolução no 374/2000 e está adequado à Lei no 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as situações supervenientes.

O Estatuto da UEPA estabelece as normas gerais de seu funcionamento e o Regimento Geral regulamenta o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das unidades e órgãos universitários e dos serviços administrativos.

De acordo com seu Estatuto (2000), a Universidade de Estado do Pará tem por princípio e finalidade:

2.2 Princípios :

São princípios fundamentais da Universidade do Estado do Pará:

- autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
- indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolvimento da filosofia, das ciências, da tecnologia, das letras e das artes,
- comprometido com a humanização da sociedade;
- ampliação das suas ações para garantir a democratização e a equalização das oportunidades educacionais aos cidadãos do interior do Estado;
- formação do ser humano para o exercício da cidadania;
- qualificação de recursos humanos para atender ao mundo do trabalho regional e nacional;
- articulação com programas estaduais e regionais de educação básica;

- cooperação com outras instituições de ensino e centro de excelência em pesquisa nacional e internacional;
- gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*;
- oferta do ensino de pós-graduação *lato sensu*;
- gestão democrática, envolvendo a participação dos segmentos institucionais, locais e regionais;
- compromisso com o processo democrático, legítimo e transparente de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta a natureza, os fins, os objetivos e os projetos da Instituição.

2.3 Finalidades

São fins da Universidade do Estado do Pará:

- contribuir para a criação de direitos e de novas formas de existência social e para o cultivo da cidadania;
- produzir conhecimento e desenvolver programas e projetos de ensino, pesquisa e de extensão visando à formação e à qualificação de pessoas para a investigação filosófica, científica, artístico-cultural e tecnológica, e para o exercício profissional;
- promover e estimular a pesquisa considerada como princípio científico, educativo e político, objetivando o desenvolvimento da filosofia, da ciência, das letras, das artes, da tecnologia e da inovação;
- promover a realização de programas de extensão e viabilizar a participação dos segmentos populacionais no processo de criação cultural;
- realizar estudos e debates para a discussão das questões regionais e nacionais com o propósito de contribuir para a solução dos problemas, bem como possibilitar a criação de novos saberes, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática;
- desenvolver e elaborar projetos vinculados ao desenvolvimento do Estado em seus múltiplos aspectos.

III - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA

O ensino efetiva-se pela união indissociável de teoria-prática e do ensino-pesquisa, vinculando-se ao mundo do trabalho e prática social, articulado com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros.

O ensino, em seus vários níveis, é ministrado pela UEPA, compreendendo as seguintes modalidades:

3.1 Graduação.

3.2 Pós-Graduação.

3.3 Pesquisa e Extensão.

3.1 - Graduação

Os cursos de graduação visam à habilitação para o exercício profissional ou a obtenção de qualificação universitária específica; os de pós-graduação visam à obtenção dos graus de Mestre e Doutor, compreendendo, ainda, os cursos em nível de Especialização e Aperfeiçoamento. Os cursos de extensão universitária destinam-se a complementar, atualizar, aprofundar ou difundir conhecimentos, visando à articulação com a sociedade.

Todos os cursos estão estruturados, observando as leis e normas que regem o ensino, bem como o que dispõe o Regimento específico de cada Centro.

Os cursos de graduação mantidos pela UEPA estão em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e se constituem de um conjunto de atividades pedagógicas sistemáticas, com determinada composição curricular, englobando disciplinas e práticas exigidas para obtenção do grau acadêmico, do diploma profissional ou do respectivo certificado.

Os cursos funcionam em regime seriado, por bloco de disciplinas anuais, semestrais ou modulares, com a duração de no mínimo três anos e meio e no máximo de seis ou sete anos, dependendo do curso.

A UEPA funciona em três turnos, através de um calendário único, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e hora/aula de 50 minutos.

O ensino de graduação é mantido pelo CCSE – Centro de Ciências Sociais e Educação; CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e pelo Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT.

3.2 - Pós-Graduação.

A Universidade ao longo de sua trajetória vem desenvolvendo de forma gradativa e progressiva a oferta da pós-graduação lato e stricto sensu, onde vem estabelecendo um diferencial de qualidade frente ao processo de formação inicial e continuada no Estado.

Em nível lato destacamos o desenvolvimento progressivo de cursos de especializações na capital e no interior do Estado, por meio de iniciativas institucionais e interinstitucionais, o que revela a plena aceitação da UEPA, enquanto IES de ponta, formadora de recursos humanos com competência e atualização para desenvolver não

somente ações burocráticas, mas tendo enquanto princípio laboral a pesquisa desenvolvida, no decorrer desses cursos.

Na esfera stricto sensu, ressaltamos a conjunção de esforços de todos os sujeitos desta IES, frente ao credenciamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) de seu primeiro curso de mestrado, na área da educação. Assim como o estabelecimento crescente de convênios interinstitucionais, em nível de mestrado e doutorado com IES, no âmbito nacional e internacional. (PDI-2006/2016)

3.3 - Pesquisa e Extensão

3.3.1 - Pesquisa

A pesquisa deve ser entendida como inspiradora de toda vida acadêmica do graduando, indissociável do ensino e extensão. Esse entendimento favorece o surgimento de processos de produção do próprio professor e do aluno, combatendo a postura reprodutiva e encurtando a distância entre a teoria e a prática. Pesquisar é uma inevitável caminhada para quem deseja se inteirar de modo aprofundado sobre determinada ideia ou acontecimento, causas e consequências, em benefício próprio ou da coletividade.

Fazer pesquisa científica requer parâmetros diferenciados daqueles utilizados para buscar respostas com base no conhecimento cotidiano. São agregadas outras orientações para exercitar o intelecto e as ações práticas.

Com a preocupação de subsidiar os estudantes com orientações metodológicas na construção dos trabalhos científicos, será introduzida ao longo dos módulos, a iniciação a metodologia e elaboração de projetos científicos.

Estimular o discente a participar dos editais de pesquisa internos e externos.

Orientar a cada semestre o discente para a realização de um trabalho científico e do trabalho de conclusão de Curso – TCC. O TCC é uma exigência para que o discente obtenha o diploma de conclusão do curso.

3.3.2 – Extensão

A extensão dialoga pela Universidade com a comunidade, porque o fazer extensionista está presente em todos os momentos do pensamento universitário para a afirmação no tempo e no espaço da prática acadêmica concomitantemente uma e trina, que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão e que proporciona um ir e vir do conhecimento num constante processo de reestruturação.

A extensão universitária deve decorrer do ensino e da pesquisa e será

desenvolvida sob forma de programas que se traduzem por cursos, atividades ou serviços, visando a integração da Universidade com setores da comunidade local e regional.

A ação extensionista, interdisciplinar por natureza, desenvolvida como processo educativo busca interagir com a comunidade contribuindo para seu desenvolvimento. Na interação comunitária os módulos ofertados ao longo dos quatro anos, constituem-se como espaço prioritário para o estabelecimento das interações sociais, culturais da comunidade. As atividades desenvolvidas favorecem também a integração teoria e prática, o conhecimento da realidade, reflexão de problemas sociais e sua solução pelos estudos.

Além da interação comunitária, os cursos os eventos, os programas, os projetos a prestação de serviços, produção e publicação são ações que estarão sendo desenvolvidas ao longo do curso, cumprindo o compromisso com a sociedade que o mantém, principalmente com as camadas menos favorecidas.

IV - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)

O Curso proposto será implantado inicialmente em Belém, Pará, vinculado ao Campus V – Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT) da UEPA.

Poderão ser realizados estudos para a implantação do Curso nos demais municípios do Estado do Pará, principalmente naqueles em que a UEPA já possui campi. Desta forma, sua expansão poderá se dar por deliberação da administração superior da UEPA levando-se em consideração a Política de Interiorização e os Campi que esta Instituição de Ensino Superior (IES) possui nos municípios do Estado, assim como a demanda interessada no referido Curso.

V – JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

O Estado do Pará possui uma grande extensão 1.248.042 km² de extensão, representa 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia. Cortado pela linha do Equador no seu extremo norte é dividido em 144 municípios, onde vivem cerca de seis milhões de pessoas (IBGE, 2010). O grande aumento populacional acompanhado dos processos tecnológicos decorrentes do próprio desenvolvimento tem ocasionado uma série de impactações ambientais de diversas naturezas.

Os diversos ramos da produção industrial, ou agroindustrial, constituem importantes geradores setoriais de métodos e técnicas, produtos, efluentes e resíduos de efeitos impactantes potenciais ao ambiente. Assoreamentos de mananciais e comprometimento da qualidade das águas, se não de acúmulos de tóxicos e de

natureza deletéria ao ambiente constituem alguns dos problemas e objetos de estudos do presente curso.

A necessidade de um profissional preparado para orientar indivíduos e instituições públicas e privadas a se organizarem para enfrentar o problema da sobrevivência humana, em um meio onde os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, ameaçando a capacidade de suporte do planeta, justifica a formação proposta neste curso. Essa formação não se consolida apenas com estudos biológicos ou ecológicos, e, por isso procura integrar e se estabelecer em torno de um núcleo básico de conhecimentos desenvolvidos pelas Ciências Sociais.

O curso busca formar profissionais com habilidade para analisar e lidar com as constantes mudanças em nossa contemporaneidade, resultados de decisões que ultrapassam as escalas nacionais. As transformações na política mundial e, também, no cenário internacional, ocorrem de forma dinamizada. Os Estados, todas as instituições e a própria sociedade civil que sofrem os impactos dos resultados dessas transformações requerem profissionais aptos com capacidade analítica no intuito de estabelecer ações estratégicas para lidar com os desafios e oportunidades que o cenário nacional e internacional exigem.

O objetivo base do curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UEPA é gerenciar operações de comércio exterior, tais como: transações cambiais, despacho e legislação aduaneira, exportação, importação, contratos e logística internacional. Prospecta e pesquisa mercados, define plano de ação, negocia e executa operações legais, tributárias e cambiais inerentes ao processo de exportação e importação. Além disso, controla fluxos de embarque e desembarque de produtos, providencia documentos e identifica os melhores meios de transporte, de forma a otimizar os recursos financeiros e humanos para o comércio exterior.

O caminho para implantação de um curso em uma universidade que se destina a construir história, como a UEPA, precisa estar sintonizado com as diretrizes da educação inovadora, de modo a contribuir para a promoção do progresso social, vencer desafios e elevar a qualidade da vida humana com dignidade, no processo atual de globalização e integração.

Nesse sentido, entendemos ser oportuno que a UEPA se insira no contexto das iniciativas que os países estão alicerçando para levar a cabo um vasto conjunto de tarefas destinadas a melhorar a vida das pessoas, sob a inspiração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, Agenda Pós-2015 da ONU, no qual estão delineados os compromissos e investimentos compartilhados para reduzir as múltiplas dimensões da pobreza e alcançar um crescimento forte, inclusivo e confiável com positivos efeitos nas cidades.

Dentro desse contexto, o curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior tem sido um dos cursos procurados pelos estudantes nessa primeira parte do milênio e esse interesse se acentua, porque é cada vez mais necessária a convivência solidária para facilitar a proteção dos direitos humanos, em decorrência do impacto das mudanças sociais e climáticas e do mapa geopolítico e econômico no mundo globalizado.

Nessa direção, o propósito da criação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior assinala um marco na cadeia de inovação da UEPA, pois representa uma iniciativa que privilegia a percepção pedagógica e diferenciada do universitário para empreender, negociar, decidir, criar, liderar atitudes e auxiliar países, governos, empresas, bancos e outras instituições públicas ou privadas, diante da amplitude de interações entre o Estado, empresas e a sociedade.

Desse modo, a presente proposta de Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pressupõe a flexibilização curricular com firma articulação entre a teoria e a prática profissional, alinhando-se ao prestígio da UEPA como centro de excelência acadêmica, em favor do melhor desempenho da cidadania, garantida da governança e a estabilidade das instituições para a atual e futuras gerações.

5.1 – Dimensão do Curso como Instrumento de Produção de Conhecimento Teórico e Prático em Comércio Exterior.

Segundo Sarquis (2011) o comércio exterior viveu séria retração em consequência do declínio das economias na década de 1929. O que conhecemos como livre-comércio fora substituído pelo protecionismo na segunda metade do século XIX. Porém, desde a criação de Bretton Woods e do Plano Marshal, conviveu-se com sucessiva liberalização comercial, mesmo tendo passado pela crise de 2009, assim vários países, principalmente na Europa Ocidental e parte dos Asiáticos, reformaram alterações conscientes no comércio internacional, certos de que essas mudanças contribuíam para o crescimento econômico por meio da abertura política. A sustentação, desses argumentos, estava baseada no contraste entre as experiências de crescimento econômico na Ásia e na estagnação da América latina.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior tem o seu surgimento, como principal motivação histórica, com a intensificação do comércio internacional.

Apesar dos ciclos econômicos oscilarem, com menor ou maior expansão do comércio internacional, entretanto, a relação entre países, na atualidade, se desenvolve com rapidez, utilizando os instrumentos tecnológicos mais avançados e se alimentando em escala cada vez mais global, em sistemas de redes cada vez mais complexas, o que exige que os operadores do comércio exterior se preparem com

mais eficiência e eficácia. Além do que precisam preparar-se teoricamente para conhecer o quadro político e econômico local e mundial.

Das múltiplas finalidades do curso, apresentam-se como desafio: compreender a complexidade das negociações entre blocos na América Latina; como os acordos de livre comércio interferem na vida econômica e social dos povos da Amazônia; compreender os três pilares dos acordos inter-regionais, diálogo político, cooperação e comércio; compreender os desequilíbrios nas negociações que envolvem bens industriais, serviços, investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais etc; como criar oportunidades para a Amazônia, evitar que se crie obstáculos para o comércio regional; e perceber as possibilidades de diversificação das exportações regionais (amazônica)

A teorização sobre o comércio internacional exige que o curso baseie-se no princípio da vantagem comparativa. Para Reinaldo Gonçalves (...) trata-se de transferências mútuas internacionais de bens, e o efeito das disparidades entre países em “termo de custos relativos e, conseqüentemente, de preços relativos.” Para compreender esse processo é necessários tomar conhecimento dos modelos clássicos da teoria ricardiana do valor do trabalho, pois, os custos confrontados são determinados pela produtividade relativa do trabalho.

A teoria ricardiana se digladia com a lógica teórica da Adam Smith. Este afirma que o princípio da vantagem, nas relações comerciais, está assentado sob as diferenças absolutas na produtividade do trabalho.

Enfatizar Heckscher, que o fator de produção não se refere simplesmente às amplas categorias de terra, capital e trabalho, como queria Ricardo, mas é praticamente ilimitada as possibilidades fatoriais do comércio internacional. Entretanto, Heckscher não nega as teorias de Ricardo, ele as amplia. O modelo poderia se exemplificado e simplificado assim: dois fatores, dois produtos, dois países. Isso supõe uma reação de igualdade nas relações produtivas e, portanto, igualdade nas relações no comércio internacional.

O teorema neoclássico básico do comércio internacional é que todos os países têm vocação a exportar mercadorias. Porém, os padrões de vantagens são definidos pela escassez relativa dos fatores de produção. De tal modo, que os países mais ricos em capital tendem a exportar produtos intensivos de capital (GONÇALVES, 1999).

Estes princípios teóricos do comércio internacional devem ser expressos nas ementas das disciplinas do Curso, tal como, as teorias neofatorias, as neotecnológicas. Assim como, o estudo das economias de escala e concorrência imperfeita e teorias referentes ao lado da demanda.

VI - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CURSO

Com base nas alterações ocorridas no sistema internacional contemporâneo e as atuais necessidades impostas por ele, o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da Universidade do Estado do Pará tem a missão de formar profissionais com base em conhecimentos e visão amplos, para adaptarem-se ao contexto dinâmico do comércio internacional no mundo atual, para suprirem de forma competente e adequada às necessidades de tal mercado, embasada nas particularidades de nossa região, e a existência da preocupação das autoridades locais para motivar e ampliar os investimentos públicos e privados, no intuito de garantir maior oferta de produtos e empregos compatíveis para atender sua demanda.

A globalização leva um número cada vez maior de empresas a oferecer seus produtos e serviços no mercado internacional. Ao mesmo tempo, essas empresas precisam muitas vezes recorrer a fornecedores estrangeiros. Isso favorece o mercado de trabalho para o profissional de Comércio Exterior. Ele é procurado para dar a uma organização condições de competir com outros vendedores, negociando melhor com os compradores estrangeiros, ou para comprar no exterior insumos e produtos acabados sob condições mais vantajosas. As áreas de logística, legislação aduaneira, prática cambial, exportação e importação, marketing e negociação internacional são as que mais demandam profissionais. Além de atuar em empresas privadas, é possível trabalhar, também, em agências governamentais e em organismos internacionais, e oferecer assessoria e consultoria a empresas de pequeno e médio.

6.1 - Na área pública, os profissionais em comércio exterior egressos da Universidade do Estado do Pará – UEPA poderão trabalhar em assessorias internacionais; lidar com questões de comércio exterior; dar assessoria para políticas públicas concernentes às relações do Brasil com outros países; formular, apoiar, empreender e executar ações referentes ao intercâmbio nas áreas tecnológicas, econômicas e comerciais.

Poderá, ainda, atuar como consultor independente em assuntos financeiros, econômicos; ser representante de câmaras de comércio ou assessor comercial.

Ainda na área pública, o profissional será capaz de prestar assessoria às câmaras legislativas, prefeituras, secretarias estaduais e municipais.

Incluimos o crescimento de engajamento direto dos governos estaduais brasileiros com a esfera internacional, a qual tem aberto novas oportunidades para o profissional atuar como:

- Gestor ou Consultor para os setores de Comércio Exterior;

- Analista de projetos e dados relativos ao desempenho da exportação e importação;
- Gestor de Sistemas de Informação de Comércio Exterior, utilizando os recursos da Informática em favor da agilização dos processos administrativos e operacionais das organizações Exportadoras e Importadoras;
- Indústrias; Bancos; Tradding companies; Empresas de transportes; Agente de Comércio Exterior na abertura de mercados consumidores no exterior e nas operações de embarque e desembarque de mercadorias e recebimento de divisas; Órgãos Governamentais – Receita Federal, dentre outros; Instituições Financeiras; Empresas Comerciais; Escritórios de Despachantes Aduaneiros; Empresas de Seguros; Em atividades de Ensino e Pesquisa em comércio exterior.

6. 2 - Na área privada, a área privada oferta inúmeras oportunidades, para os que desejam ser empreendedores, ou para os que desejam trabalhar em grandes, médias ou pequenas empresas para atuarem como especialistas de comércio exterior e finanças internacionais, especialmente no que abrange comércio de bens, serviços e transferência de tecnologia; colaborar na análise, avaliação e gestão de negócios internacionais, além de avaliar os riscos que este podem ter; auxiliar para elaborar processos contra práticas desleais de comércio perante à Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações que trabalham para esse fim.

VII - OBJETIVOS

Preparar o profissional de Comércio Exterior com uma consistente formação técnica, científica e analítica, apto a avaliar, de forma propositiva e qualificada, situações e problemas que envolvam relações econômicas e comerciais nos mercados regional, nacional e internacional, propondo soluções adequadas às demandas desses mercados, considerando a integralidade do exercício profissional.

7.1 - Específicos

- Proporcionar aos discentes formação técnica e cidadã para que se tornem aptos a conhecer e compreender os princípios do Comércio Exterior, com uma visão empreendedora e consciente de suas responsabilidades no desenvolvimento de sua região;
- Buscar a melhoria contínua das organizações, por meio de uma postura pró-ativa, criativa e reflexiva;
- Empreender ideias e negócios internacionais, com inovação e criatividade, pensando local e agindo globalmente;

- Formar o discente para controlar fluxos de embarque e desembarque de produtos, providenciar documentos e identificar os melhores meios de transporte, de forma a otimizar os recursos financeiros e humanos para o comércio exterior.

VIII - PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O egresso deve apresentar conhecimento das diferentes abordagens teóricas da área em Comércio Exterior, utilizar de maneira adequada os conhecimentos específicos de sua área de formação para compreender os diversos contextos interculturais para identificar situações problemas no intuito de elaborar e avaliar o cenário para tomar as decisões pertinentes a cada situação. Além disso, o egresso do curso deverá demonstrar competências e habilidades de:

É um profissional que atua de forma pró-ativa, empreendedora, ética e responsável, a fim de desempenhar da melhor maneira as suas atividades na área internacional. Faz-se necessário o conhecimento de operações utilizadas no Comércio Exterior, tais como: regimes alfandegários e cambiais, despacho aduaneiro, contratos internacionais, logística internacional, bem como a sistemática de importação e exportação. Além disso, é de suma importância a capacidade de compreender a cultura, os hábitos e costumes dos diversos países com quem se negocia. Sendo assim, o respeito ao próximo e a capacidade de ouvir, tornam-se fatores de sucesso para este profissional. Portanto, esse profissional deve ser um agente impulsionador do desenvolvimento sustentável da região, integrando a formação técnica à cidadania na busca do conhecimento, podendo atuar em organizações públicas e privadas com participação no comércio internacional, indústrias, prestadores de serviço e assessorias de comércio exterior, instituições financeiras, entidades governamentais, empresas de câmbio, de seguro e transporte, além de empresas de consultoria na área de negócios internacionais.

Em síntese, o perfil do profissional em Comércio Exterior deverá contemplar as competências e habilidades descritas, em especial as competências voltadas para a formação em economia, em gestão de negócios internacionais, marketing e mercado nacional e internacional.

IX - DIMENSÃO METODOLÓGICA

O conhecimento é uma produção básica para a sociedade contemporânea, e é também fundamentalmente uma necessidade humana. Entretanto, para que essa afirmação seja verdadeira, os indivíduos precisam munir-se de recursos lógicos e metodológicos que os auxiliará a lograr êxito aos resultados mais adequados para revelar os significados do mundo.

De outro modo, a lógica e a metodologia, por si só, não conseguirão nos fazer alcançar novos conhecimentos que sirvam a coletividades. No exercício de buscar revelações da realidade, e sua consequente divulgação, nos exige ter comportamentos que são atribuições do âmbito da reflexão, logo, está no campo da “moral intelectual”. Essa exigência nada mais é do que princípios que orientam a conduta de alunos e professores que se dedicam a exercer a ação de conhecer, discutir e divulgar conhecimento. Precisamente, podemos então denominá-la sinteticamente de “elementos de conduta metodológica” (LUKESI [ET.al.], 2010).

Os elementos de conduta metodológica não servem para ser um anteparo ao conhecimento, um impedimento moral, mas sim, enunciar os elementos que consentirão à reflexão e a ação para possibilitar um posicionamento crítico ao processo de construção de conhecimentos novos, quais sejam: Orientar-se pelo espírito crítico; busca do sentido da prova; opor-se ao dogmatismo; possuir firmeza nas afirmações; orientar-se pelo senso de realidade; orientar-se pela humanidade; agir de modo questionador e criativo.

Umbilicalmente relacionada, está a metodologia de ensino e ação que são descobertos ao longo do processo de construção do conhecimento sistemático. Isso para se realizar, ou proporcionar novas descobertas do conhecimento dependem do ramo específico em que se realiza o conhecer, já que, há princípios que norteiam a conduta humana. E há desse modo, “uma dependência mútua entre o método de conhecimento e os princípios norteadores da conduta do pesquisador” e do aluno (ibidem,p.91).

O material pedagógico deve estar alinhados princípios filosóficos que ajudam a rastrear os princípios acima descritos, do mesmo modo, devem servir para criticar as nossas concepções e atitudes, para que os modelos não estejam imunes a mudanças, desde que essas mudanças sirva, ao interesse coletivo.

A medida pedagógica, portanto, sendo ela processual e histórica, leva em consideração que o aluno se educa enquanto um receptor, porém como sujeito de mensagens emitidas. A dimensão sucessora a essa, e talvez mais importante, é a de criador emissor de mensagem que processa outra aprendizagem, ou seja, aqui se expressa a ponta do processo de aprendizagem que é possibilitar o aluno ser um sujeito autônomo.

Relacionado a isso, a lógica da metodologia se assentará a modelos de avaliação que deverão ser processuais e não de momento, isto é, não devem ser apenas avaliação para cumprir a etapa do ensino em sala de aula.

X – DURAÇÃO DO CURSO/ VAGAS/INGRESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior destinado aos portadores de certificado do ensino médio ou equivalente será por:

- meio de processo seletivo, aberto ao público ou conveniado para o primeiro período do curso ou;
- transferência ou reingresso para período compatível, posterior ao primeiro ou;
- outras formas que vierem a ser adotadas;

Obedecendo aos termos da legislação vigente e das normas do edital de ingresso da UEPA.

Inicialmente a oferta de vagas no primeiro ano do curso será de 40 vagas, na Capital, devendo funcionar com apenas uma turma a título experimental, e pode ser ofertadas mais vagas e/ou estender suas atividades para outros municípios do Estado do Pará, no decorrer do curso, conforme análise da demanda social, após os devidos estudos e aprovação, na modalidade presencial, e ou a distância com entrada única e funcionamento em período integral, ocorrendo sempre no 1º semestre de cada ano letivo, onde o discente poderá integralizar em no mínimo dois anos e meio e no máximo três anos e meio.

A carga horária total do curso será de **2.220 horas** de forma presencial, incluindo as disciplinas obrigatórias, optativas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e atividades complementares, permitindo assim maior flexibilidade curricular. A hora aula aplicada às disciplinas do curso será de **50 minutos** e o título conferido ao formando ao final do percurso acadêmico será de Tecnólogo em Comércio Exterior. O curso poderá desenvolver disciplinas por meio da modalidade EaD nos termos da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e Portaria nº 4059, de 10 de dezembro de 2004, que prevê atividades de ensino a distância desde que respeitado o teto de 20% de carga horária do curso.

10.1 Identificação do Curso

Nº de Ordem	Dados de Identificação	Proposto
01	Nome do Curso	Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior
02	Titulação	Tecnólogo em Comércio Exterior
03	Nº de vagas ofertadas	40 vagas

04	Sistema de Ingresso	Processo seletivo
05	Carga Horária total em h/a 60min	1.850
06	Carga Horária total em h/a 50min	2.220
07	Tempo mínimo de Integralização curricular	2 anos e meio
08	Tempo máximo de Integralização curricular	3 anos e meio
09	Regime Didático-Acadêmico	Seriado semestral por bloco de disciplinas.
10	Turnos de Funcionamento	Integral

10.2 Diplomação

Para obtenção do grau em Tecnólogo em Comércio Exterior o aluno deverá, ter integralizado todos os componentes curriculares que compõem o Curso Superior em Tecnologia de Comércio Exterior inclusive, da realização do estágio curricular obrigatório e contabilização da Carga horária referente às atividades complementares.

XI – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O currículo se constitui em um conjunto de ações sistematizadas e hierarquizadas, integradas em seus conteúdos e atividades de modo a atingir os objetivos previstos e o perfil dos egressos.

Os Conteúdos Programáticos, o Estágio Curricular Supervisionado, as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão do Curso, são articulados entre si nos diversos semestres letivos.

O Currículo do curso está estruturado em Núcleos os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade, objetivando o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas. Desse modo, a matriz curricular do curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior organiza-se em três núcleos, o Núcleo de Formação Básica, o Núcleo de Formação Específica e o Núcleo de Formação Prática..

Núcleo de Formação Básica - O Núcleo Básico compreende o domínio da Língua Portuguesa e da apropriação de conhecimentos e conceitos preliminares e científicos ao desenvolvimento das demais etapas do curso.

Núcleo de Formação Específica – O Núcleo de Formação Específica compreende disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional

tecnólogo, contempla conhecimentos intrínsecos à área do curso, conhecimentos necessários à integração curricular e conhecimentos imprescindíveis à formação específica.

Núcleo de Formação Prática - A prática profissional constitui uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadores de uma formação articulada, universal e integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. Constitui, portanto, condição para o graduando obter o Diploma de Tecnólogo.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime semestral.

O **Quadro 01** descreve a matriz curricular do curso, por Núcleo, com a visualização geral, por semestre e o **Quadro 02** descreve as disciplina especificamente por semestre com as respectivas cargas horárias semanais e semestrais.

Quadro 01 – Demonstrativo da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, por Núcleo.

NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA	Número de aulas semanal por Período / semestre					Carga horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	CH Semanal	CH Semestral
Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Texto	4					4	80
Inglês I	3					3	60
Inglês II		3				3	60
Espanhol I	3					3	60
Espanhol II		3				3	60
Metodologia do Trabalho Científico		4				4	80
Introdução a Economia Política Internacional	4					4	80
Comércio Exterior e Segurança Humana	3					3	60
Matemática Financeira	4					4	80
Inglês III		3				3	60
Optativa I	3					3	60
TOTAL	24	13				37	740

NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Número de aulas semanal por Período / semestre					Carga horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	CH Semanal	CH Semestral
Política Externa Brasileira do Comércio Brasileiro			4			4	80
Introdução ao Comércio Internacional		4				4	80
Direito da Cidadania			3			3	60
Direito Comercial Internacional			4			4	80
Amazônia na Política do Comércio Exterior			4			4	80
Logística Bancária e Aduaneira no				4		4	80

Comercio Exterior							
Comercio Exterior no Mercado terrestre, Aéreo e Marinho			4			4	80
Política e Prática Cambial			4			4	80
Sistemática e Prática de Exportação			4			4	80
Comercio Exterior e Política Criminal			4			4	80
Direito Tributário		4				4	80
Sistema do Comercio Exterior		3				3	60
Desenvolvimento Econômico na Amazônia			2			2	40
Optativa II			3			3	60
Optativa III				3		3	60
TOTAL		11	20	23	--	54	1.080

NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PRÁTICAS	Número de aulas semanal por Período/ semestre					Carga horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	CH Semanal	CH Semestral
Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso I				3		3	60
Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso II					3	3	60
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)					2	2	40
Estágio Supervisionado					9	9	180
SUBTOTAL				3	14	17	340
Atividades Complementares	-----					---	60
TOTAL						17	400

Quadro 02 - Demonstrativo da Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior das disciplinas, por semestre com as respectivas cargas horárias semanais e semestrais.

ANO	DISCIPLINAS	CH SEMESTRAL		CH SEMANAL	
		T	P	T	P
1ª SEMESTRE	Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Texto	80		4	
	Inglês I	60		3	
	Espanhol I	60		3	
	Introdução a Economia Política Internacional	80		4	
	Comercio Exterior e Segurança Humana	60		3	
	Matemática Financeira	80		4	
	SUBTOTAL	420		21	
2ª SEMESTRE	Inglês II	60		3	
	Espanhol II	60		3	
	Metodologia do Trabalho Científico	80		4	
	Direito Tributário	80		4	
	Introdução ao Comércio Internacional	80		4	
	Sistema do Comércio Exterior	60		3	
	Optativa I	60		3	
	SUBTOTAL	480		24	
	Inglês III	60		3	
	Política Externa Brasileira do Comércio Brasileiro	80		4	
	Amazônia na Política do Comércio Exterior	80		4	

3ª SEMESTRE	Desenvolvimento Econômico na Amazônia	40		2	
	Direito Comercial Internacional	80		4	
	Direito da Cidadania	60		3	
	Optativa II	60		3	
	SUBTOTAL	460		23	
4ª SEMESTRE	Comércio Exterior e Política Criminal	80		4	
	Política e Prática Cambial	80		4	
	Comércio Exterior no Mercado terrestre, Aéreo e Marinho	80		4	
	Logística Bancária e Aduaneira no Comércio Exterior	80		4	
	Sistemática e Prática da Exportação	40	40	2	2
	Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso I	---	60	---	3
	Optativa III	60		3	
	SUBTOTAL	420	100	21	5
5ª SEMESTRE	Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso II	---	60	---	3
	Estágio Supervisionado	---	180	---	9
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	---	40	---	2
	SUBTOTAL	---	280	---	14
TOTAL		1780	380	89	19
Atividades Complementares		60		-----	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		2.220		108	

Quadro 03 - Demonstrativo das disciplinas Optativas do Núcleo de Formação Básica

DISCIPLINAS OPTATIVAS – NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA				
DISCIPLINAS	CH SEMESTRAL		CH SEMANAL	
	T	P	T	P
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	---	3	---
Gestão Financeira	60	---	3	---
Filosofia e Ética Profissional	60	---	3	---
Noções de Contabilidade	60	---	3	---
Estratégia Empresarial	60	---	3	---
Comportamento Organizacional	60	---	3	--

Quadro 04 - Demonstrativo das disciplinas Optativas do Núcleo de Formação Específica

DISCIPLINAS OPTATIVAS – NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA				
DISCIPLINAS	CH SEMESTRAL		CH SEMANAL	
	T	P	T	P
Estatística Aplicada	60	---	3	---
Direito Internacional	60	---	3	---
Comercio Exterior e Banco Central do Brasil	60	---	3	---
Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico	60	---	3	---
Comércio Exterior e Mobilidade Humana	60	---	3	---
Amazônia na Geopolítica Global	60	---	3	---
Políticas Públicas voltadas para o Mercado Internacional	60	---	3	---

As disciplinas optativas demonstram a flexibilidade curricular o que possibilita um melhor fluxo. São disciplinas obrigatórias para a integralização curricular e a sua escolha é facultada e permite a possibilidade do discente cursar componentes

curriculares do elenco de disciplinas ampliando conhecimentos para uma formação com qualidade.

As disciplinas optativas a serem cursadas no 2º(segundo), 3º(terceiro) e 4º (quarto) semestres, serão escolhidas pelas turmas, ao término de cada período letivo anterior, cabendo a Coordenação do Curso o levantamento das demandas dos alunos considerando as disciplinas optativas ofertadas no Projeto Pedagógico do Curso.

A seguir o quadro 05 detalha a distribuição da carga horária total de curso, por hora aula de acordo com o Regimento Geral da UEPA.

Quadro 05 – Demonstrativo da Composição da Carga Horária do Curso

NÚCLEOS	HORAS AULAS (50 MIN)		
	Obrigatórias	Optativas	Total
Núcleo de Formação Básica	680	60	740
Núcleo de Formação Específica	960	120	1080
Núcleo de Formação Prática: Seminários	120	--	120
Subtotal (carga horária disciplina)	1.760	180	1.940
Núcleo de Formação Prática			
TCC	40	---	40
Estagio Supervisionado	180	---	180
Subtotal	220	---	220
TOTAL	1980	180	2.160
Atividades Complementares	60	----	60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2.220		

11.1 Conversão de Hora-Aula para Hora-Relógio

A UEPA contabiliza as cargas horárias de seus cursos sobre a base de 50 minutos (1h/a = 50 minutos), entretanto a Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Educação/CES, estabelece em seu Art. 3º que a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Portanto para maior compreensão torna-se necessário demonstrar a conversão da carga horária total deste projeto em horas relógio. Dessa forma, o resultado da conversão de unidades de tempo de aula deste projeto, é exposto no quadro abaixo.

Quadro 06 - Conversão de unidades de tempo de Carga horária de aula x Carga horária Relógio

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		
	HORA/AULAS	HORA/RELÓGIO
Total de Disciplinas	1940	1.616
Estágio Supervisionado	180	150
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	40	34
Atividades Complementares	60	50
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2.220	1.850

11.2 Atividades Curriculares admitidas pelo Curso

Como atividades curriculares são admitidas:

- 1) Disciplinas Curriculares
- 2) Estágio Curricular Supervisionado
- 3) Atividades Complementares
- 4) Seminários
- 5) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

1) Disciplinas Curriculares

São reconhecidas aquelas admitidas/oferecidas pelos departamentos Acadêmicos da UEPA e/ou outras instituições de ensino e pesquisa de nível superior, desde que sejam devidamente reconhecidas pelo curso de Superior de Tecnologia em Comercio Exterior, da UEPA.

2) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática

O Estágio Supervisionado, é condição obrigatória para a integralização da carga horária do curso Superior de Tecnologia em Comércio exterior. Sua carga horária como crédito para a integralização curricular é de 180 horas.

2.1 Objetivos

Geral

Proporcionar ao aluno, enquanto estagiário, uma experiência e vivência da prática profissional. Esta experiência é um processo construtivo que permite ao aluno a aplicação de seus conhecimentos teóricos à realidade prática através da prática de atividades técnicas e pré-profissionais, sob supervisão adequada e obedecendo às normas específicas.

Específico

Ao finalizar o estágio, o aluno deverá estar capacitado a:

- Aplicar os conhecimentos teóricos a situações reais;
- Estimular a análise crítica dos processos produtivos em uso, visando interferir positivamente introduzindo novas tecnologias;
- Caracterizar a realidade, objeto de intervenção do tecnólogo agroindustrial, mantendo a percepção do seu papel profissional;

- Utilizar instrumentos teóricos pertinentes ao desempenho profissional, aplicando os procedimentos metodológicos do curso.

2.2 Locais para realização do Estágio

O estágio supervisionado deverá ser realizado em instituições públicas ou privadas que possam proporcionar ao estudante a obtenção de experiência prática dentro de sua área acadêmica, em conformidade com o currículo, programas e calendário letivo da instituição, ficando a avaliação desta condição, sob responsabilidade da coordenação do estágio e referendado pelo Colegiado de Curso.

A inclusão dos estudantes nestas instituições deverá ser articulada através de convênios a serem firmados.

2.3 Procedimentos no Estágio

A matrícula para o Estágio Obrigatório e não obrigatório poderá ser realizada após a conclusão do 4º Semestre (equivalente a conclusão do segundo ano), para estágios a serem realizados em instituições públicas e privadas que atuem em ensino, pesquisa e extensão assim como em órgãos regulamentadores da área.

Caso o aluno paralise o estágio antes do cumprimento da carga horária regulamentada, por iniciativa própria ou da instituição onde o mesmo se realizará, este será considerado nulo e deverá ser reiniciado.

Quando o aluno exercer atividades profissionais ou de pesquisa na mesma área que a da formação acadêmica, poderá solicitar o aproveitamento destas para o estágio supervisionado.

Uma vez que o Estágio Obrigatório tem como objetivo proporcionar uma vivência profissional, o aluno que já atue profissionalmente em uma empresa ligada ao Comercio Exterior poderá ser tratado de forma especial. Nesses casos o aluno deverá matricular-se normalmente na disciplina referente à Estágio e comunicar ao seu Professor-Supervisor onde trabalha, que cargo ocupa e a função que realiza. O Professor Supervisor solicitará então que o aluno faça um relatório das atividades por ele realizadas na empresa em um determinado período do ano (por exemplo, um semestre), totalizando um mínimo de 180 horas, com a finalidade de validar sua atuação profissional como equivalente ao Estágio Supervisionado.

2.4 Atribuições do Estagiário

São atribuições do estagiário:

- Participar efetivamente das atividades que lhe forem atribuídas.
- Cumprir a carga horária e o horário estabelecidos.

- Elaborar um relatório e apresentar ao coordenador de estágio no prazo estabelecido.

2.5 Supervisão e Coordenação do Estágio

A supervisão do Estágio será exercida por um professor específico da disciplina, que, além de esclarecer dúvidas, deverá orientar o discente a conseguir um melhor aproveitamento. Esses professores deverão ser orientados pelo coordenador do Curso a respeito do papel que devem desempenhar nas entidades envolvidas no estágio e à forma e acompanhamento do aluno.

2.6 Conclusão do Estágio

O estágio será considerado concluído, após a apresentação do relatório final de atividades e frequência que comprovem o aproveitamento do estágio em sua carga horária mínima de trabalho efetivo, orientação adequada, e avaliação final, realizada pelo professor orientador, favorável. A avaliação do estágio será de responsabilidade única e exclusiva do professor supervisor do estágio, que enviará o seu parecer ao coordenador do Curso.

3) Atividades Complementares

As Atividades Complementares, em complementação à prática profissional, possibilita por avaliação o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes. Constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formado.

Nessa perspectiva, serão consideradas as participações em eventos científicos ligados à área de Comercio Exterior, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como a apresentação e publicação de trabalhos em congressos, feiras e revistas científicas da área, disponibilizadas pela Universidade do Estado do Pará ou por outras instituições conforme quadro a seguir:

Quadro 07 - Discriminação das Atividades Complementares

Atividade	Condição para solicitação	C/H Máxima considerada em hora aula (50')
Participação no Seminário de integração acadêmica da UEPA (Acolhimento e integração dos discentes no início do semestre letivo)	Evento de CH de 4 horas	10 h
Participação em oficinas e mini-cursos na área do curso ou afim	Eventos de CH igual ou superior a 4h	10h
Trabalhos aceitos para publicação	10h por trabalho	20h

Participação em palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas, workshops, conferências, entre outros, todos relacionados a área	Eventos de CH igual ou superior a 4h	10h
Exercício de Monitoria	Mínimo de 1 semestre letivo	20h
Participação em projeto de extensão na área do curso ou afim. (como bolsista ou voluntário na área do curso)	Participação de CH igual ou superior a 10h por projeto	20h
Participação em projeto de iniciação científica (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim.	Participação de CH igual ou superior a 10h por projeto	40h
Participação na organização de eventos acadêmico científicos na área do curso	Eventos de CH igual ou superior a 4h	10h
Realização de estágio não obrigatório na área do curso ou afim.	Mínimo de 1 semestre letivo	20h
Apresentação de Trabalhos em Eventos na Área do curso ou afim	10h por trabalho	10h

Os alunos deverão comprovar a sua participação nessas atividades mediante certificados, declarações ou atestados, com os devidos registros da instituição promotora, contendo nome do aluno, atividade ou curso, período de realização, carga horária e assinatura do responsável.

A carga horária acumulada será revertida em horas contabilizada conforme o disposto no Núcleo de Formação Prática.

Para validação da carga horária das atividades complementares, o discente deverá solicitar por meio de requerimento à Coordenação do Curso, através do protocolo do Centro, das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios.

Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez.

A validação das atividades deverá ser feita pelo Coordenador do Curso. Os documentos comprobatórios deverão ser entregues protocolados à Coordenação do Curso, após um mês do ato da matrícula e até o final do período letivo.

Somente poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o aluno estiver vinculado ao Curso.

4) Seminários

Constituem um conjunto de estratégias didático pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e das habilidades necessários à formação do discente. São como

atividades de orientação individual ou como atividades especiais coletivas, no máximo de 10 alunos. Os componentes referentes aos seminários curriculares têm a função de proporcionar espaços de discussão acadêmica e de orientação às práticas curriculares. O Quadro 08 a seguir apresenta os seminários a serem realizados, relacionados às ações.

Quadro 08 – Seminários curriculares para o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Seminários	Ações
Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso I	Acompanhamento do desenvolvimento de pesquisas e de orientação de produção acadêmico-científica
Seminário de Orientação de Pesquisa, Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso II	

5) Trabalho de Conclusão de Curso - TCC -

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório e poderá ser desenvolvido na modalidade de artigo, projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio, aprovado pelas instâncias institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Os documentos e registros elaborados deverão ser escritos de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos técnicos e científicos.

XII – AVALIAÇÃO

12.1 Avaliação da Aprendizagem

A proposta de avaliação da aprendizagem deste curso tem por objetivo diagnosticar os avanços e dificuldades dos discentes, ao mesmo tempo em que fornecerá, ao professor, indicadores de como reorientar a sua prática pedagógica, sendo, portanto, um forte instrumento de melhoria da qualidade do ensino.

Assim a avaliação da aprendizagem no curso Superior de Tecnologia em Comercio Exterior seguirá os moldes delineados no Regimento Geral da Universidade e abrangerá aspectos de frequência e aproveitamento escolar, ambos eliminatórios por si mesmos, e será feito por disciplina, entretanto, não deverá restringir-se apenas ao aluno ou produto, mas sim construir um sistema que avalie o processo como um todo.

Dessa forma o curso Superior de Tecnologia em Comercio Exterior da UEPA será organizado em regime seriado por bloco de disciplinas semestral, cabendo 02 (duas) notas parciais e 01 (uma) de exame final. Será considerado aprovado na disciplina, independente de exame final, o aluno que tiver frequência mínima de setenta e cinco por cento da carga horária da disciplina e a média aritmética das notas parciais igual ou superior a oito.

Para efeito de registro e controle acadêmico serão atribuídas notas parciais e nota de exame final, ao longo do semestre letivo e deverão ser expressas em grau numérico de zero (0) a dez (10), com aproximação de meio ponto.

Nesta perspectiva o docente poderá lançar mão de diversos instrumentos e/ou procedimentos, tais como: provas escritas, orais ou práticas, entrevistas, visitas de estudo, relatórios, seminários, estudos de caso, projetos, portfólios, resumos, resenhas, exercícios, trabalhos em grupos ou individuais, práticas em laboratórios e/ou em salas de aula, trabalhos de campo, entre outros, que dependem fundamentalmente dos objetivos de aprendizagem estabelecidos e permitem ao docente uma comunicação mais efetiva com seus alunos sobre o andamento do processo de aprendizagem.

12.2 Avaliação do Projeto

Ao início de cada semestre serão realizados encontros/reuniões, com o apoio da Assessoria Pedagógica do Curso, com os docentes que ingressarem para lecionar nas respectivas disciplinas de cada série, sobre a metodologia adotada no Projeto Pedagógico e a cada fim de semestre serão realizadas avaliações referente aos aspectos de cada série/disciplina e as demais situações inerentes ao bom desenvolvimento do Projeto Pedagógico.

A cada série implantada haverá as avaliações e as adaptações necessárias, acompanhadas de sugestões que serão inseridas gradativamente no curso, considerando assim as observações procedentes de docentes e discentes envolvidos na implementação do Projeto Pedagógico do curso.

Quanto à informatização do sistema de coleta de dados o curso contará com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação que viabilizará junto a Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA, a sistematização desses dados com a emissão de relatórios oficiais.

Considerando a filosofia adotada pela Instituição - promoção do ensino de qualidade através da criação e desenvolvimento de atividades acadêmicas que considerem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes essenciais à formação humana e profissional - a UEPA estabeleceu suas principais linhas de ação no ensino de graduação, dentre as quais:

- Avaliação permanente do curso como forma de corrigir distorções, tendo em vista a melhoria do processo de ensinar e aprender.

XIII – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior deverá ter sua proposta de criação quando o curso estiver devidamente implantado, a fim de cumprir às exigências da legislação vigente, Resolução nº01 de 17 de junho de 2010- CONAES/MEC

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), é um órgão consultivo de assessoramento e acompanhamento dos cursos e tem por finalidade elaborar, atualizar e acompanhar seus projetos Pedagógicos.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I - Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V – Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- VI - Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso.

O NDE é caracterizado por ser um Núcleo institucionalizado de docentes possuindo uma estrutura administrativo-pedagógica criada a partir de regras internas da instituição, estabelecida na Resolução nº 2629/13-CONSUN.

XIV – ESTRUTURA FÍSICA

A Estrutura Física e os equipamentos a serem utilizados no curso serão cedidos pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA conforme Convênio onde se acorda uma parceria entre essa Escola e a Universidade do Estado do Pará - UEPA

O Curso funcionará no período integral e contará com a infraestrutura da Escola de Governança do Estado do Pará – EGPA. Os discentes serão alocados em salas de aula a serem disponibilizadas nas dependências dessa escola e gozarão dos demais serviços e espaços ofertados pela mesma. O Quadro 09 a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior, na modalidade presencial.

Quadro 09 – Instalações físicas necessárias à estruturação do curso

Qtde	Espaço físico	Descrição
01	Salas de aulas	Com 50 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos
01	Clinica de Comércio Exterior	Com equipamentos específicos a demanda do curso para o desenvolvimento de realização de atividades práticas.

14.1 Biblioteca

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas. Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 10 (dez) alunos por exemplar, no mínimo, 3 três dos títulos constantes na bibliografia básica das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 (cinco) exemplares por título.

14.2 Clínica de Comércio Exterior

Em decorrência das transformações motivadas pela globalização, a performance do comércio exterior, no eixo das gestões de governança e dos anseios da sociedade civil, vem exigindo alto nível de aplicação ao seguro proveito em benefício do progresso social e de modo a contribuir para a mobilização de mecanismos eficientes que inspirem oportunidades para a crescente competitividade do Brasil, no fluxo das estratégias econômicas entre as nações.

Nessa linha, a Clínica de Comércio Exterior da UEPA (CLIRICE) propiciará suporte à habilitação profissional, através de diferenciado planejamento de extensão universitária, embasado na abrangência da qualidade de ensino, pesquisa e serviços comunitários que se relacionam ao dinamismo das relações internacionais em comércio exterior.

14.2.1 Laboratório da Clínica

A Clínica de Comércio Exterior da UEPA (CLIRICE) deverá manter um laboratório para espaço de estudos e de fomento à pesquisa, em ambiente adequado, dispondo de biblioteca física, virtual e banco de dados favorecidos pela internet que flexibiliza, em larga escala, o funcionamento da educação em rede, assentada na plataforma de regime *e-learning* (ensino eletrônico).

Nesse contexto, na Clínica de Comércio Exterior da UEPA, o aluno alcançará a solidez da sua criatividade, de suas percepções e do potencial de sua matéria-prima teórica-metodológica, no cenário da valorização profissional e de positivas convergências que elevam a missão da Universidade por meio da consolidação da consciência crítica que orienta escolhas e atitudes na vida.

Assim, o Laboratório da Clínica disponibilizará: sala com acesso *wi-fi*, computadores de mesa, notebooks, scanner, impressora, projetor multimídia, equipamento de tradução simultânea, microfones de conferência, quadro branco, aparelho *dvd* e televisão, com detalhamento no Quadro 10.

E para melhor visualização optou-se em anexar (Anexo 02) ao PPC um Croquis do ambiente de funcionamento da Clínica, sobre a disposição dos móveis e equipamentos.

14.2.2 Objetivos da Clínica

I - Dedicar especial atenção aos aspectos multifacetados das práticas e perspectivas do comércio exterior;

II - Associar análises, diagnósticos, pesquisas e experimentos no domínio das questões e demandas inerentes ao comércio exterior;

III - Assegurar formação integrada do aluno sobre as vertentes nacionais, internacionais e transnacionais do comércio exterior.

Quadro 10 - Relação dos Móveis e Equipamentos da Clínica de Comércio Exterior

Item	Descrição	Quantidade
01	Computador (desktop) Micro Login Intel Core i3 4150 3,5 GHz , memória de 4 GB, HD de 500 GB	5
02	Notebook Acer Aspire E5-573-54ZV i5 8GB 1TB Win 10 LCD LED HD 15,6"	5
03	Multifuncional brother laser <u>MFC-L2700DW</u> (scanner e impressora)	2

04	Projeto Epson Powerlite S18+ 3000	1
05	Equipamento de Tradução Simultânea (Profissional (two-way) bilingua sistema de interpretação simultânea	1
06	Microfone sem Fio Staner SRW48Q/HT com 4 microfones	1
07	Microfone de conferência em cada mesa	20
08	Quadro Branco Magnético Extra Alumínio 120x150cm	1
09	Dvd Player Philips Com Usb E Divx Dvp2850x/78	1
10	Smart TV LED 40" Samsung UN40J5500AGXZD Full HD com Conversor Digital 3 HDMI 2 USB Wi-Fi 120Hz	1
11	Mesas de formato específico para atividades relacionadas ao Curso	20
12	Cadeira Giratória	20
13	Balcão 2 Portas	2
14	Armário Alto 2 Portas	2

14.3 Espaços de Convivência

Serão disponibilizados, ainda, a comunidade acadêmica espaços destinados as demais atividades para efetivação de ações de desenvolvimento do curso, no sentido de proporcionar aos alunos uma infraestrutura adequada as condições necessárias ao processo educacional, tais como: refeitório, banheiros, elevadores, lanchonete, bebedouros e sala dos professores.

14.4 Espaço Administrativo/ Acadêmico/Pedagógico

O desenvolvimento das atividades administrativas/Pedagógica/Acadêmica, serão executadas por profissionais com titulação e qualificação condizente com as funções em espaços cedidos pela EGPA, sendo constituído de uma sala e móveis e equipamentos individuais.

XV - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

No Quadro 11, o pessoal docente e Técnico Administrativo necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base a oferta de uma turma para cada período do curso.

Quadro nº 11– Demonstrativo de Pessoal Docente e Técnico Administrativo

Cargo	Função	Quantidade
-------	--------	------------

DOCENTE (Nível Adjunto C I)	COORDENADOR	1
	PROFESSOR (40 h)	8
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR (Nível A I)	ASSESSOR PEDAGÓGICO	1
	TÉCNICO DE CLÍNICA	1
AGENTE ADMINISTRATIVO (Nível A I)	AGENTE ADMINISTRATIVO	2
TOTAL	-----	13

O Corpo docente e o Corpo Técnico Administrativo necessários para o início das atividades do Curso será composto por professores a serem contratados e de professores de diversas áreas e departamentos efetivos da Universidade do Estado do Pará, que já atendem aos demais Cursos de Graduação, e de servidores Técnicos da UEPA que serão removidos para as dependências da EGPA a fim de atuarem especificamente nas atividades e ações do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior.

O Coordenador de Curso, professor integrante do corpo docente atuante no Curso deverá ter titulação de pós graduação stricto sensu em Comércio Exterior ou área afim, e será responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do curso.

XVI – PARCERIAS - CONVÊNIOS E INTERCÂMBIOS

Para a implementação/implantação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior a UEPA contará com a parceria de órgãos governamentais, especificamente a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), que acolherá o curso em suas instalações físicas, nesse sentido deverá ser formalizado convênio a fim do estabelecimento de condições, com vistas disciplinar as ações das instituições envolvidas. Podendo ainda ser celebrado convênios de cooperação técnica, em âmbito nacional e internacional, para efetivação de trabalhos, estudos, pesquisas, estágios e treinamentos de professores, alunos e servidores da UEPA.

No âmbito nacional, convênios podem ser firmados com, entre outros:

- I - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDICE;
- II - Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- III - Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA;
- IV - Ministério da Fazenda - MF;
- V - Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;
- VI - Conselho Monetário Nacional – CMN;
- VII - Banco Central – BC;

- VIII - Banco do Brasil - BB;
- IX - Banco da Amazônia;
- X - Confederação Nacional do Comércio - CNC;
- XI - Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- XII - Câmara de Comércio Árabe Brasileiro – CCAB;
- XIII - Federação das Indústrias do Pará - FIEPA;
- XIV - Federação do Comércio do Pará - FECOMÉRCIO;
- XV - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
- XVI - Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;
- XVII - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- XVIII - Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR;
- XIX - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX;
- XX - Associação de Comércio Exterior do Brasil –ACEB;
- XXI - Agência de Promoção de Exportações – APEX.

No âmbito Internacional, convênios podem ser firmados para intercâmbios com, entre outros:

- I – Fundo Monetário Internacional – FMI, com sede em Washington, Estados Unidos;
- II – Banco Mundial – BIRD, com sede em Washington, Estados Unidos;
- III – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com sede em Washington, Estados Unidos;
- IV – Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos CI-OEA, com sede em San José, Costa Rica;
- V – Organização Mundial do Comércio – OMC, com sede em Genebra, Suíça;
- VI – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, com sede em Genebra, Suíça;
- VII – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI, com sede em Viena, Áustria;
- VIII – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC, com sede em Viena, Áustria;
- IX – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU Habitat, com sede em Nairóbi, Quênia;
- X – Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, com sede em Boston, Estados Unidos;
- XI – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente – ILANUD, com sede em San José, Costa Rica;
- XII – Associação Latino-Americano de Integração – ALADI, com sede em Montevideú, Uruguai;

- XIII – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL, com sede em Santiago, Chile;
- XIV – Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, com sede em Miami, Estados Unidos;
- XV – Comissão de Comércio do Mercosul – CCM, com sede em Montevideu, Uruguai;
- XVI – Associação Europeia de Comércio Livre – EFTA, com sede em Genebra, Suíça;
- XVII – Comunidade Econômica Europeia – CEE, com sede em Bruxelas, Bélgica;
- XVIII – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com sede em Paris, França;
- XIX – Comitê sobre Comércio, Alfândegas e Imigração da União Africana – UACCAI, com sede em Adis-Abeba, Etiópia, África;
- XX – Liga Árabe para o Comércio Livre – GAFTA, com sede no Cairo, Egito;
- XXI – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC, com sede em Singapura, Singapura.

XVII - FORMAÇÃO CONTINUADA - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Visando à formação permanente dos profissionais egressos do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pretende-se dar início às atividades de Pós-graduação Lato Sensu, por meio de curso de especialização, qualificar o Tecnólogo com aprofundamento do conhecimento, na capacidade de reflexão crítica e compreensão para aplicação e elaboração de saberes no mercado exterior nos âmbitos do mercado nacional e internacional. As linhas de pesquisas desenvolvidas na Especialização devem corresponder às do curso Superior de Tecnologia, estabelecendo-se um corredor de circulação e comunicação entre professores e alunos da graduação e pós-graduação, integrados por meio do estudo e da pesquisa.

Para Tanto a Universidade do Estado do Pará - UEPA em parceria com a Escola de Governança do Estado do Pará – EGPA, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP, poderá ofertar cursos de Pós-graduação Lato Sensu, Especialização, aos egressos do curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior bem como de áreas afins, a candidatos da comunidade e de servidores do Estado, devendo ser elaborado Projeto específico para o fim a que se destina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010

MEC/SETEC. Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia - Brasília/DF: 2010. Disponível em. <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia> . Acesso em 02/04/2016).

_____. Portaria MEC nº 10/2006. Cria e aprova o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior na modalidade presencial. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios. Natal/RN: IFRN, 2012

SARQUIS, José Buainain. Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil, Editora Fundação Alexandre de Gusmão. 2011

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização, Editora Paz e Terra. 1999,

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar, Editora Cortez- 20ª Edição, 2010

XVIII – EMENTAS

18.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

18.1.1 NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA, LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C.H: 80 h/a

EMENTA

Tópicos de gramática, leitura e produção de texto. Aperfeiçoar o conhecimento (teórico e prático) sobre as convenções, relacionadas ao registro padrão escrito; Recuperar o tema e a intenção comunicativa dominante; Reconhecer, a partir de traços caracterizadores manifestos, as sequências textuais presentes e o gênero textual configurado; Descrever a progressão discursiva; Identificar os elementos coesivos e reconhecer se assinalam a retomada ou o acréscimo de informações; Avaliar o texto, considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e demais partes do texto; a pertinência das informações e dos juízos de valor; a eficácia comunicativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M.H.L.M. Gramática de usos de português. São Paulo: UNESP, 2000.

_____, M.H.L.M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. São Paulo: UNESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, I.V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

_____, I.V. TRAVAGLIA, L.C. A coerência textual. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ZANOTTO, Normelio. E-mail e carta comercial: estudo contrastivo de gênero textual. Rio de Janeiro. Lucerna. Caxias do Sul, RS: Educar, 2005.

DISCIPLINA: INGLÊS I

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C.H: 60 h/a

EMENTA

Convenções, ortografia e gramática. Leitura, compreensão, interpretação e avaliação de texto comercial em língua inglesa. Produção de textos comerciais em língua inglesa. Correspondência comercial: primeiro contato; solicitações; respostas; assuntos financeiros; exportação/importação; reclamações e pedidos de desculpas; avisos; viagens de negócios; cartas sociais; e cartas de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SIQUEIRA, Valter Lellis. Comunicação nos negócios em inglês. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2011.

OXFORD University Press. English for Sales and Purchasing. Oxford do Brasil, 2009.

WHITLAM, John. Correspondência comercial em inglês. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOPER, Gordon. Guia de conversação comercial – inglês. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2000.

COSTA, F. A. SCHUMACHER, C. Inglês para Administração. Rio de Janeiro, Campus, 2010.

WILY, Piert. Business English for all. EPU, 1987. STAEBLEIN, Nancy. Correspondência comercial inglês - português. STS, 1996

WHITLAM, John. Correspondência comercial em inglês. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

DISCIPLINA: ESPANHOL I

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Convenções, ortografia e gramática. Leitura, compreensão, interpretação e avaliação de texto comercial em língua espanhola. Produção de textos comerciais em língua espanhola. Correspondência comercial: primeiro contato; solicitações; respostas; assuntos financeiros; exportação/importação; reclamações e pedidos de desculpas; avisos; viagens de negócios; cartas sociais; e cartas de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOOMSBURY. Dicionário de termos de negócios: espanhol. São Paulo, Publifolha, 2000.

MARTINEZ, R.; SCHUMACHER, C.; ZARZA, V. Como dizer tudo em espanhol nos negócios. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

SIERRA, T. V. Espanhol instrumental. IBPEX, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGELS, Martinez. Guia de conversação comercial: espanhol. São Paulo, Marins Fontes, 2000.

BERLITZ. Espanhol para negócios. São Paulo, Mandarin, 1998. LONGO, A. Aprenda a falar espanhol. São Paulo, Publifolha, 2010.

MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros. São Paulo, Saraiva, 2011.

LAROUSSE Editorial. Espanhol mais fácil – gramática. São Paulo, Larousse do Brasil

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A ECONOMIA POLITICA INTERNACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C. H: 80 h/a

EMENTA:

Introdução ao campo da política internacional comparada. Definição de política comparada e sua importância no estudo das relações internacionais. História e enfoques da política comparada. Fundamento e perspectiva da ação exterior do Brasil. Diplomacia, política exterior e relações internacionais. Interpretação das tendências do pensamento brasileiro e acumulado histórico da diplomacia brasileira. Orientação sobre ações externas do Brasil até 2022. Levantamento e discussão das ações do Brasil em seu relacionamento com o mundo, partindo de seu entorno geopolítico mais próximo (América do Sul, EUA, União Europeia) até o mais longínquo (a região ASIÁTICA, Rússia, Leste europeu, Oriente médio e África).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Paulo Roberto de, e BARBOSA, Rubens Antônio (org). Relações Brasil-Estados Unidos, assimetria e convergências. Editora Saraiva, São Paulo.

BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina. Editora Ensaio, segunda edição, São Paulo, 1995.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina, velhos e novos paradigmas. Editora Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE GUILHON, José Augusto. Relações internacionais contemporâneas, A ordem mundial depois da Guerra Fria. Segunda edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional, formação dos conceitos brasileiros. Editora Saraiva, São Pulo, 2008.

EVANS, Graham and NEWNHAM, Jeffrey. The penguin dictionary of international relations. Penguin Books, New York, 1998.

OLIVEIRA, H. A. E LESSA, C. Política internacional contemporânea. Editora Saraiva. São Paulo, 2006.

LIMA, M.C. Política Internacional comparada. São Paulo, editora Alameda. 2012.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C. H: 80 h/a

EMENTA:

Noções de juros simples e composto, Valor presente e valor futuro, Sequência de capitais a juros compostos, Séries de pagamentos, Taxas a juros compostos, Equivalência de capitais a juros compostos, Amortização de empréstimos e teorias sobre inflação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e Suas Aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

BRIGHAM, Eugene F; APENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C.. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira. São Paulo: Atlas.2011

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. .Princípios de administração financeira essencial. São Paulo: Bookman, 2001.

WESTON J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. Fundamentos da administração financeira. São Paulo: Makron Books, 2000.

FRANCISCO, Walter de. Matemática financeira. São Paulo: Atlas, 1991

DISCIPLINA: COMÉRCIO EXTERIOR E SEGURANÇA HUMANA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 1º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Evolução do conceito, suas diversas acepções, bem como sua utilização como instrumento de política internacional das grandes potências. Segurança humana, securitização, conflitos no Pós-guerra Fria, Ingerência internacional, temas de segurança global (missões de paz, terrorismo, crime organizado, reforma do conselho de segurança das Nações Unidas) o papel dos estados na segurança internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA Jr. Domício. Brasil e o mundo: novas visões. Rio de Janeiro. Francisco Alves/ Konrad Adexaner, 2002.

BUZAN et al. Security: a new framework of analysis. London. Lynne Rienner publishes, 1998.

BUZAN & WOYER. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge: university press, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KAGAN, Robert. Do paraíso e do poder. Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial, Rio de Janeiro, Rocco, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem multinacional contemporânea. São Paulo: Fundação SEDAE, 2005.

CEPIK, Marco. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. Security and defense studies review; Vol. 1. Spring 2001.

THOMAS, Nicholas & TOW, William. The utility of human security: sovereignty and humanitarian interventions. Security Dialogue, SAGE Publications, Vol. 33(2), 2002.

WILLIAMS, Michael C. Worlds, images, enemies: securitization and international politics. International Studies Quarterly, 47, 2003.

DISCIPLINA: INGLÊS II

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Convenções, ortografia e gramática. Leitura, compreensão, interpretação e avaliação de texto comercial em língua inglesa Produção de textos comerciais em língua inglesa. Correspondência comercial: primeiro contato; solicitações; respostas; assuntos financeiros; exportação/importação; reclamações e pedidos de desculpas; avisos; viagens de negócios; cartas sociais; e cartas de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SIQUEIRA, Valter Lellis. Comunicação nos negócios em inglês. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2011.

OXFORD University Press. English for Sales and Purchasing. Oxford do Brasil, 2009.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. Business dictionary. São Paulo, Saraiva, 2009.

IGREJA, J. R. A. Fale tudo em inglês nos negócios. DISAL Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOPER, Gordon. Guia de conversação comercial – inglês. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2000.

COSTA, F. A. SCHUMACHER, C. Inglês para Administração. Rio de Janeiro, Campus, 2010

WILY, Piert. Business English for all. EPU, 1987.

STAEBLEIN, Nancy. Correspondência comercial inglês - português. STS, 1996

WHITLAM, John. Correspondência comercial em inglês. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

DISCIPLINA: ESPANHOL II

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Convenções, ortografia e gramática. Leitura, compreensão, interpretação e avaliação de texto comercial em língua espanhola. Produção de textos comerciais em língua espanhola. Correspondência comercial: primeiro contato; solicitações; respostas; assuntos financeiros; exportação/importação; reclamações e pedidos de desculpas; avisos; viagens de negócios; cartas sociais; e cartas de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOOMSBURY. Dicionário de termos de negócios: espanhol. São Paulo, Publifolha, 2000.

MARTINEZ, R.; SCHUMACHER, C.; ZARZA, V. Como dizer tudo em espanhol nos negócios. Rio de Janeiro, Campus, 2003.

SIERRA, T. V. Espanhol instrumental. IBPEX, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGELS, Martinez. Guia de conversação comercial: espanhol. São Paulo, Marins Fontes, 2000.

BERLITZ. Espanhol para negócios. São Paulo, Mandarin, 1998. LONGO, A. Aprenda a falar espanhol. São Paulo, Publifolha, 2010.

MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros. São Paulo, Saraiva, 2011.

LAROUSSE Editorial. Espanhol mais fácil – gramática. São Paulo, Larousse do Brasil, 2009.

DISCIPLINA: SISTEMÁ DE COMÉRCIO EXTERIOR

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Analisa os aspectos essenciais e introdutórios do comércio internacional, bem como discute a relevância da política brasileira de comércio exterior; Interpreta as principais questões intervenientes no desenvolvimento do comércio exterior brasileiro; Estuda a sistemática do comércio exterior brasileiro nos módulos: exportação e importação; Busca uma compreensão dos principais programas governamentais de apoio e as principais medidas de estímulo ao comércio exterior brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, José Augusto de. Exportação: Aspectos Práticos e Operacionais. 4ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GARCIA, Luiz Martins. Exportar: Rotinas e Procedimentos, Incentivos e Formação de Preços. 7ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LOPEZ, José Manoel Cortiñas. Siscomex – Exportação. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LUNARDI, Ângelo Luiz. Incoterms 2000: Condições Internacionais de Compra e Venda. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MALUF, Sâmia. Administrando o comércio exterior do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização Mundial do Comércio – As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2ª ed. São Paulo. Aduaneiras..

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. Análise da Tributação na Importação e Exportação. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2004.

BIZELLI, João dos Santos e BARBOSA, Ricardo. Noções Básicas de Importação. 9ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2003.

JÚNIOR, Armando Álvares Garcia. Tributação no Comércio Internacional. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2001.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO**Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior****Semestre: 2º****C. H: 80 h/a****EMENTA**

Direito Financeiro. Relações entre economia e o direito. O papel do direito na implementação da política econômica estatal. Despesa pública. Orçamentos. Balanços públicos. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O poder e o direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação Tributária: classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção. Administração Tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Hugo de Britto. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros. 2010. 574p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Roberto Luiz. Direito tributário brasileiro: parte geral. Goiânia: Kelps, 2008.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA: SISTEMÁ DE COMÉRCIO EXTERIOR**Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior****Semestre: 2º****C. H: 60 h/a****EMENTA**

Analisa os aspectos essenciais e introdutórios do comércio internacional, bem como discute a relevância da política brasileira de comércio exterior; Interpreta as principais questões intervenientes no desenvolvimento do comércio exterior brasileiro; Estuda a sistemática do comércio exterior brasileiro nos módulos: exportação e importação; Busca uma compreensão dos principais programas governamentais de apoio e as principais medidas de estímulo ao comércio exterior brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, José Augusto de. Exportação: Aspectos Práticos e Operacionais. 4ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GARCIA, Luiz Martins. Exportar: Rotinas e Procedimentos, Incentivos e Formação de Preços. 7ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LOPEZ, José Manoel Cortiñas. Siscomex – Exportação. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LUNARDI, Ângelo Luiz. Incoterms 2000: Condições Internacionais de Compra e Venda. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MALUF, Sâmia. Administrando o comércio exterior do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização Mundial do Comércio – As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2ª ed. São Paulo. Aduaneiras..

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. Análise da Tributação na Importação e Exportação. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2004.

BIZELLI, João dos Santos e BARBOSA, Ricardo. Noções Básicas de Importação. 9ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2003.

JÚNIOR, Armando Álvares Garcia. Tributação no Comércio Internacional. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2001.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 80 h/a

EMENTA

Senso comum e conhecimento científico. A produção do conhecimento científico. Métodos de investigação científica: quantitativo e qualitativo e suas técnicas. Modalidades de trabalhos acadêmicos: resumos, projetos, relatórios, artigo, resenha. Citações. Referências. Estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, de acordo com as normas ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro;

NUNES, Heliane Prudente. Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: ALFA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEUREN, Ilse Maria (org.) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Antonio B. Silva. Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. Cortez, 2002.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C.H: 80h/a

EMENTA

Histórico, importância e a atualidade do estudo dos negócios internacionais. Conceitos do comércio exterior e as funções do analista de comércio exterior. Fundamentos histórico-filosóficos das matrizes teóricas do Comércio Exterior. Exame dos principais elementos teóricos e práticos do comércio internacional, levando em conta a dotação de fatores, os níveis tecnológicos, a dinâmica do desenvolvimento, a estrutura dos mercados em termos da concorrência e sua imperfeição. Organização da empresa para trabalhar em comércio internacional. Pesquisa de mercados internacionais. Estratégias de internacionalização empresarial. Adaptação de processos em internacionalização empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida, O estudo das relações internacionais do Brasil, São Paulo: UNIMARCO, 2007.

CAMPOS, Antonio. Comércio Internacional e Importação. São Paulo: Aduaneiras, 2000;

MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROCHARD, Jacques de. A Miragem do futuro: a nova ordem internacional. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2005;

BAPTISTA, Luiz Olavo ET AL. Direito e Comércio Internacional: Tendências e Perspectivas. São Paulo: Ltr, 2003;

CERVO, Amado Luiz (Org.) O desafio internacional. 2ª ed. Brasília: UnB, 2003.

PORTER, Michael. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campus, 2006. WENDZEL, Robert. L. Comércio Exterior. Brasília: UnB, 1995.

DISCIPLINA: INGLÊS III

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Convenções, ortografia e gramática. Leitura, compreensão, interpretação e avaliação de texto comercial em língua inglesa Produção de textos comerciais em língua inglesa. Correspondência comercial: primeiro contato; solicitações; respostas; assuntos financeiros; exportação/importação; reclamações e pedidos de desculpas; avisos; viagens de negócios; cartas sociais; e cartas de emprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SIQUEIRA, Valter Lellis. Comunicação nos negócios em ingles. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2011.

OXFORD University Press. English for Sales and Purchasing. Oxford do Brasil, 2009.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. Business dictionary. São Paulo, Saraiva, 2009.

IGREJA, J. R. A. Fale tudo em inglês nos negócios. DISAL Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOPER, Gordon. Guia de conversação comercial – inglês. São Paulo, WMF MARTINS FONTES, 2000.

COSTA, F. A. SCHUMACHER, C. Inglês para Administração. Rio de Janeiro, Campus, 2010

WILY, Piert. Business English for all. EPU, 1987. STAEBLEIN, Nancy. Correspondência comercial inglês - português. STS, 1996

WHITLAM, John. Correspondência comercial em inglês. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

18.1.2 NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

DISCIPLINA: DIREITO DA CIDADANIA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Cidadania. Estudo e aplicação. Teoria dos Direitos Fundamentais. Organização política do Estado. Arranjo político-institucional do Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 23. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito constitucional. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito constitucional. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

GALLO, Sílvio; ASSUMPÇÃO, Alexandre J. de Moraes. Ética e cidadania: caminhos da filosofia (elementos para o ensino de filosofia). 20. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

DISCIPLINA: POLITICA EXTERNA BRASILEIRA DO COMÉRCIO BRASILEIRO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 80 h/a

EMENTA

Política externa, algumas distinções conceituais: insumos, fontes internas e externas, tarefas para elaboração da política externa. Diplomacia: Conceito, evolução, tipos. O Itamaraty e seu papel na diplomacia brasileira. Traços gerais da política externa brasileira: Fase imperial, fase republicana, fase militar e Pós-período militar. Os desafios do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSENAU, James et al. World politics: na introduction. The free press, New York, 1976.

SEITENFUS, Ricardo. Relações internacionais. Edit. Manoele LTDA, Sã Paulo, 2004.

CERVO, Amando Luiz. História da política exterior do Brasil. Editora UNB, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONIZ BANDEIRA, Luís A. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.

MORENO PINO, Ismael. La diplomacia: Aspectos teóricos y práctico de su ejercicio profesional. FCE, México, 2001.

PIMENTEL DE SÁ, José V.(org). Pensamento diplomático brasileiro, FAG, 2013.

HERNÁNDEZ, Oscar, La diplomacia en un mundo globalizado. Biblioteca de Venezuela Analítica, 1997.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS (1961) E RELAÇÕES CONSULARES(1963).

DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 40 h/a

EMENTA:

Diante do cenário de oportunidades que a Amazônia atravessa e entre os Estado, o Pará em especial, tem apresentado um desempenho favorável, isso tem gerado o interesse de diversas empresas tanto nacionais como internacionais. A disciplina pretende estudar introdução aos aspectos históricos da região amazônica. Características econômicas do Pará e da Amazônia. Amazônia, economia verde e a importância para a economia global. Conceito e objetivos de Desenvolvimento Econômico. Crescimento e Desenvolvimento. Estratégias de Desenvolvimento Econômico. Análise de Cenário de Oportunidades na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa a soberania restrita. Belém: EDUFPA, 2006.

BECKER, Bertha k. Geopolítica da Amazônia, São Paulo:Garamond: 2006

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 8ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. SP: Editora Atlas, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINTO, Lucio Flávio. A Internacionalização da Amazônia: sete reflexões e outros apontamentos inconvenientes. Belém: Edição Jornal Pessoal. 2002.

PINTO, Denis F. de Souza. OCDE: Uma Visão Brasileira. Coleção Curso de Altos Estudos do IRBr. Brasília: IRBr, FUNAG e Centro de Estudos Estratégicos, 2000.

SCHUMPETER, J.A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural.

VOLCKER, Paul. A nova ordem econômica. Porto Alegre: Ortiz, 6.^a Edição, 1993.

SAMUELSON, Paul. Introdução à Análise Econômica. RJ: Editora Agir, 1994.

DISCIPLINA: AMAZÔNIA NA POLITICA DO COMÉRCIO EXTERIOR

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 80 h/a

EMENTA:

Desenvolvimento na Amazônia; Gestão Empresarial na Amazônia; Comercio Exterior e o Meio Ambiente; Comercio Exterior e Relações Econômicas Internacionais da Amazônia e sua evolução; Ferramentas de apoio ao exportador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCOVITCH, Jacques. A Gestão da Amazônia, 1 Edição, Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

RODOLFO Grandi, ANDREA Rente, FERNANDA Costa (org.). Fundamentos para o Desenvolvimento da Amazônia, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVID FERREIRA Carvalho (org) Ensaio Seleccionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90.

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º

C. H: 80 h/a

EMENTA

O comércio exterior no mundo globalizado. O direito comercial no Brasil e no mundo. A evolução do conceito econômico de comércio e do conceito de direito comercial e seus reflexos no âmbito do comércio exterior e das relações internacionais. Noções básicas de empresa, empresário, estabelecimento e sociedades empresárias no Brasil e no direito comparado.. Contratos interempresariais. As características legais do Agronegócio, da Mineração e do Comércio Marítimo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ULHOA Coelho, Fábio. Curso de Direito Comercial. Saraiva, 2014. Brasil.

MENEZES Cordeiro, António. Direito Comercial. Almedina. 2014. Portugal.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Saraiva, 2014. Brasil.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial – Estudo Unificado. Saraiva, 2008. Brasil.

MALCHER, Filho, Clovis. Noções de Direito Comercial. Cejup. 1991. Brasil.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RANGEL, Vicente Marotta, Direito e relações internacionais, legislação internacional anotada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: LTR, 2010.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito internacional privado. São Paulo: Forense, 2009.

MEIRA MATTOS, Adherbal. Direito internacional público. São Paulo: Renovar, 2002.

JO, Hee Moon. Introdução ao Direito Internacional. São Paulo: LTr.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Coletânea de Direito Internacional.

VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Saraiva

GARCEZ, José Maria Rosa. Curso de Direito Internacional Provado. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

DISCIPLINA: LOGÍSTICA BANCARIA E ADUANEIRA NO COMERCIO EXTERIOR

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 4º

C.H: 80 h/a

EMENTA

Atividade importadora e exportadora no Brasil; Abertura comercial e o tratamento administrativo das importações e exportações brasileiras; Aspectos fiscais de uma importação e exportação;

Rotinas do despacho aduaneiro de importação e exportação; Diagnostico das infrações e penalidades; projetos de uma importação e de uma exportação.

Direito Aduaneiro. Regulamento Aduaneiro. Estrutura alfandegária. Território Aduaneiro. Despacho Aduaneiro. Nomenclatura e Classificação Fiscal de Mercadorias. Regimes Aduaneiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SEGALI, Gabriel; FRANÇA, Ronaldo de ; ATSUMI, Shirley Yurica Kanamori. Fundamentos de Exportação e Importação no Brasil. São Paulo: FGV, 2012.

VIEIRA, Aquiles. **Importação: práticas, rotinas e procedimentos**. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

BIZELLI, J S. Importação: Sistemática Administrativa, Cambial e Fiscal. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

VIEIRA, Jair. Regulamento Aduaneiro decreto nº 6.759 de 5 de fevereiro de 2009. São Paulo: EDIPRO, 2012.

BIZELLI, J S. Importação: Sistemática administrativa, cambial e fiscal. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIA, Jayme de Matriz. Economia Internacional e comercio exterior. São Paulo: Atlas, 2011.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

VIEIRA, Aquiles. Teoria e prática cambial: exportação e importação. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

BEHRENDTS, Frederico L. Comércio Exterior. São Paulo: IOB/Thomson, 2006.

CASTRO, José Augusto de. Exportação: aspectos práticos e operacionais. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ROCHA, Paulo César Alves. Regulamento aduaneiro: anotado com textos legais transcritos. São Paulo: Aduaneira, 2012.

COIMBRA, Delfim Bouça. O conhecimento de carga no transporte marítimo. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

BOTELHO, Martinho Martins. Coletânea de legislação brasileira de direito Marítimo e portuário. São Paulo: Lex, 2008.

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Curso de direito marítimo, volume II. São Paulo: Manole, 2008.

BROGUINI, Gilvan Damiani. Medidas de Salva Guardas e Uniões Aduaneiras. São Paulo: Aduaneiras, 2000

DISCIPLINA: POLÍTICA E PRÁTICA CAMBIAL**Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior****Semestre: 4º****C. H: 80 h/a****EMENTA**

Elementos da história do sistema monetário internacional e da história recente do sistema monetário brasileiro / noções de política econômica e sua relação com o câmbio. Conceitos Básicos de Moeda e de Câmbio; Sistemas Monetários; Divisas; Conversibilidade da Moeda; Conceito de risco; tipos de taxa de câmbio e sua formação; Balanço de Pagamentos; Introdução ao Mercado de Câmbio Brasileiro. / operações cambiais / contratação de câmbio nos procedimentos de exportação e importação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Rui Otávio B.; ALYRIO, Rovigati Danilo; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Princípios de Negociação: ferramentas e gestão. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINELLI, D. P. et. al. Negociação Internacional. São Paulo: Atlas, 2011.

PESSOA, Carlos. Negociação Aplicada: como utilizar as táticas e estratégias para transformar conflitos. São Paulo: Atlas, 2009.

RATTI, Bruno. Vade Mécum de comércio Internacional e Câmbio. São Paulo. Aduaneiras.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras.

KEEDI, Samir. ABC do Comércio Exterior. São Paulo. Aduaneiras

VIEIRA, Aquiles. Teoria e prática cambial: exportação e importação. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

RADICCHI, Caio. Mercado de Câmbio e Operações de Trade Finance. São Paulo: Atlas, 2010.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Gilberto Sarfati, Cecília Carmen J. A. P. Dias, Clarissa Brandão, Denise Manfredi, Flávia Leme Torino, Marcelo Artel, Maria Eugenia Cauduro Cruz, Neusa Maria Pereira Bojikian, Washington Franco Mathias. Manual de Negociação. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; NIELSEN, Flávia Angeli Chisi; MARTINS, Talita Mauad (Orgs.). Negociação: conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva, 2010.

OCHMAN , Renato. Vivendo a negociação: estratégias, técnicas negociais e jurídicas e modelos de contratos para fechar o melhor negócio. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA, Gonzaga. Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade. São Paulo: Atlas, 2008.

BURBRIDGE, R. Marc, et. al. Gestão de negociação: como conseguir o que se quer sem ceder o que não se deve. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIZELLI, João dos S. Importação: Sistemática Administrativa, Cambial e Fiscal. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo (Orgs.) Desafios Atuais da Regulação Econômica e concorrência. São Paulo: Atlas, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nação, Cambio e Desenvolvimento. São Paulo: FGV, 2008.

MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. Política Cambial Brasileira. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

AMARAL, Antonio Carlos Oliveira do; LIMA, Emerson Carvalho de. Política cambial: efeitos na balança comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GARAFALO FILHO, Emílio. Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio. São Paulo. Saraiva.

SEGRE, Germani. Manual Prático de Comércio Exterior. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, Orivaldo. Câmbio: Exportação e Importação – Fundamentação Teórica e Rotina Bancária. São Paulo. Lex.

RADICCHI, Caio. Mercado de Câmbio e Operações de Trade Finance. São Paulo. Atlas.

VIEIRA, Aquiles. Teoria e Prática Cambial. São Paulo: Aduaneiras

DISCIPLINA: COMÉRCIO EXTERIOR NO MERCADO TERRESTRE, AÉREO E MARINHO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 4º

C. H: 80 h/a

EMENTA

Conceito de conferência de fretes, tipos e variações. Conceito de Fretes, composição, sobretaxas, ad. valores, fretes especiais, fretes temporários, arrendamento. Conceito de utilização de carga, embalagens especiais. Transportes Combinados. Agentes

intervenientes. Conceito de Avarias, regras de York. Conceito de Seguros, Apólice. Obrigações e Direitos do Segurado. Contratação de Seguro. Riscos. Regulamentos. Noções de Direito da Navegação. Histórico de Direito Marítimo. Fretamento. Contratos de Transporte. Noções sobre Seguro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KEEDI, Samir. Transportes, utilização e seguros internacionais de carga: práticas e exercícios. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio. Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional. São Paulo: Aduaneira, 2011.

KEEDI, Samir. Logística de transporte internacional: veículo prático de competitividade. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

CASTRO JUNIOR, Oswaldo A. (Coord.). Direito marítimo: temas atuais. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MAGALHAES, Petronio Sá B. Transporte Marítimo: cargas, navios, portos e terminais. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

FERNANDES, Paulo C. ;LEITÃO, Walter de Sá. Responsabilidades no transporte marítimo. São Paulo: Aduaneiras, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Marco A. Administração de Materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010.

CRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FLEURY, P. F. (org.) e outros. Logística Empresarial: A Perspectiva Brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

COIMBRA, Delfim Bouça. O conhecimento de carga no transporte marítimo. São Paulo: Aduaneiras, 2000..

VIEIRA, Jair. Regulamento aduaneiro: decreto nº 6.759 de 5 de fevereiro de 2009. São Paulo: EDIPRO, 2012.

ROCHA, Paulo C. A. Regulamento Aduaneiro: Comentado com Textos Legais Transcritos. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

COIMBRA, Delfim Bouça. O conhecimento de carga no transporte marítimo. São Paulo, Aduaneiras, 2010.

MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Curso de direito marítimo, volume II. São Paulo: Manole., 2008.

BOTELHO, Martinho Martins. Coletânea de legislação brasileira de direito Marítimo e portuário. São Paulo: Lex, 2008.

DISCIPLINA: SISTEMÁTICA E PRÁTICA DA EXPORTAÇÃO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 4º

C. H:80 h/a

EMENTA

Mercados globalizados e regionais; Sistema de informações; Planos de Negócios Internacionais; Empreendedorismo. Organização de Dados, Mercado, Empresas, Cultura Organizacional Internacional, Política Internacional e Comercial, e Canais de Distribuição; Aspectos das relações internacionais e do comércio internacional e exterior brasileiro; Política brasileira de comércio exterior; Sistemática de exportação e importação do comércio exterior brasileiro; Programas governamentais de apoio ao comércio exterior brasileiro

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, José Augusto de. Exportação: Aspectos Práticos e Operacionais. 4ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GARCIA, Luiz Martins. Exportar: Rotinas e Procedimentos, Incentivos e Formação de Preços. 7ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LOPEZ, José Manoel Cortiñas. Siscomex – Exportação. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUNARDI, Ângelo Luiz. Incoterms 2000: Condições Internacionais de Compra e Venda. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LUNARDI, Ângelo. Operações de Câmbio e Pagamentos Internacionais no Comércio Exterior. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MALUF, Sâmia. Administrando o comércio exterior do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização Mundial do Comércio – As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2ª ed. São Paulo. Aduaneiras.

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. Análise da Tributação na Importação e Exportação. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2004.

BIZELLI, João dos Santos e BARBOSA, Ricardo. Noções Básicas de Importação. 9ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2003.

JÚNIOR, Armando Álvares Garcia. Tributação no Comércio Internacional. 1ª ed. São Paulo. Aduaneiras. 2001.

DISCIPLINA: COMERCIO EXTERIOR E POLITICA CRIMINAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 4º

C. H: 80 h/a

EMENTA

O comércio exterior no eixo do crime organizado transnacional. Os subterrâneos dos sistemas financeiros. Empresas offshore. Corrupção. Lavagem de dinheiro. Transações ilícitas via Internet. A macroeconomia do crime, medo riscos e “desinvestimentos”. A importância do comércio exterior para a governança, segurança humana, prevenção do crime e controle da violência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIJK, Jan Van. Human Security: A New Agenda for Integrated Global Action. Vienna, Unodc Publication, 2004.

LABORD, Jean-Paul. Etat de Droit et Crime Organisé. Paris, Daloz, 2005

MADSEN, Frank. Transnational Organized Crime. London, Routledge Publications, 2009.

NORRIS, Pippa. Making Democratic Governance Work. The Impact of Regimes on Prosperity, Welfare and Peace. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PASHA, Mustapha Kamal. Globalization, Difference and Human Security. New York, Routledge Taylor & Francis Group., 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl and OLIVEIRA, Edmundo. Criminology and Criminal Policy Movements. Lanham, New York, University Press of America, 2013.

UNITED NATIONS, Thematic Programme for Crime Prevention and Criminal Justice. Vienna, Unodc, 2015.

18.1.3 NÚCLEO DE FORMAÇÃO PRÁTICA

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO DE PESQUISA, PRÁTICA PROFISSIONAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Semestre: 4º

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

C. H: 60 h/a

EMENTA

Desenvolvimento de investigação acadêmico-científica, adotando procedimentos próprios do processo de investigação que resulta na elaboração de um artigo, como trabalho de conclusão de curso. Ampliação das capacidades de investigação e de síntese do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

De acordo com a pesquisa a ser desenvolvida

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

De acordo com a pesquisa a ser desenvolvida

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO DE PESQUISA, PRÁTICA PROFISSIONAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 5º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Desenvolvimento de investigação acadêmico-científica, adotando procedimentos próprios do processo de investigação que resulta na elaboração de um artigo, como trabalho de conclusão de curso. Ampliação das capacidades de investigação e de síntese do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

De acordo com a pesquisa a ser desenvolvida

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

De acordo com a pesquisa a ser desenvolvida

18.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

18.2.1 NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA E SINAIS - LIBRAS**Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior****Semestre: 2º****C. H: 60 h/a****EMENTA**

Fundamentação teórica. Aspectos culturais do deficiente auditivo. Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a fonologia, morfologia e sintaxe, possibilitando ao aluno o uso desta língua em contextos reais de comunicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOURA, L. A. da C. (Orientadora); VIEIRA, A. G.. Curso de LIBRAS: língua brasileira de sinais- nível I. FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática língua de sinais. Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro, 2010. 273 p. ISBN 8528200698. MAURÍCIO, A. C. L.;

RAPHAEL, W. D.; CAPOVILLA, F. C.. Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira (2 VOLS.). 1ª ed. Editora EDUSP, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C. de; DUARTE, P. M.. Atividades ilustradas em sinais da libras. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 2004.

MOURA, L. A. da C. (Orientadora); VIEIRA, A. G.. Curso de LIBRAS: língua brasileira de sinais- nível I.

LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.

QUADROS, Ronice Müller de. O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília (DF): MEC, SEESP, 2004. 94 p.

GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo (SP): Parábola, 2009. 87 p. ISBN 9788579340017.

DISCIPLINA: GESTÃO FINANCEIRA**Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior****Semestre: 2º****C. H: 60 h/a****EMENTA**

Introdução ao estudo da Gestão Financeira; Análise horizontal e vertical de balanços; Análise da liquidez; Análise econômica; Alavancagem operacional e financeira; Formação de preços; Administração de capital de giro; Decisão de investimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GITMAN, Lawrence J. e MADURA, Jeff. **Administração financeira, uma abordagem gerencial**. São Paulo. Editora Makron Book, 2003.

LEITE, Hélio de Paula. **Introdução à administração financeira**. São Paulo. Editora Atlas. 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre e SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. 2ed. São Paulo. Editora Atlas. 1997.

BRASIL, Haroldo Vinagre. **Gestão financeira das empresas: um modelo dinâmico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

BOEGER, Marcelo Assad; YAMASHITA, Ana Paula. **Gestão financeira para meios de hospedagem: hotéis, pousadas, hotelaria hospitalar e a hospitalidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRIGHAM, Eugene F; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DISCIPLINA: FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA:

Filosofia: noções e conceitos. Ética clássica. Ética e modernidade. Temas atuais em Ética. A República de Platão; Ética e Nicômaco; Carta de Epicuro a Meneceu; Ética em Espinosa; Crítica da razão prática; Sobre o fundamento da moral em Schopenhauer; A transvaloração dos valores em Nietzsche; Temas de ética contemporânea;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Série filosofar).

CHAUÍ, Marilena. Espinosa: uma filosofia da liberdade. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Logos).

SINGER, Peter. Ética prática. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção biblioteca universal). Cultural, 1980. (Os Pensadores).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTON, Scarlett. Nietzsche: a transvaloração dos valores. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos).

PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. 8. ed. Tradução de Raimundo Vier. São Paulo: Vozes, 2003.

PLATÃO. A república: parte II. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Série filosofar).

DISCIPLINA: NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA:

História da Contabilidade. A contabilidade no Brasil. A teoria da escrituração. Princípios gerais da teoria contábil. Natureza das contas e Plano de Contas. Função e funcionamento das contas. A base matemática da teoria contábil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATARAZO, Dante C. Análise Financeira de Balanço. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanço. São Paulo: Saraiva, 2000

DISCIPLINA: ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Definição de Estratégia. Conceitos Elementares sobre Política e Estratégia Empresarial. Evolução Histórica de Estratégia Empresarial. Variáveis Intervenientes para a Escolha Estratégica. Análise dos Recursos e da Concorrência. Tipologias Genéricas de Estratégia Empresarial. Formulação, Implementação e Acompanhamento Adaptativo da Estratégia Empresarial adotada. Estratégia Corporativa. Estratégia das Unidades de Negócios. Estratégia Global. Análise Macroambiental. O Papel das Competências Essenciais; Formulação e Implementação de Estratégias. A Construção de Cenários estratégicos para organizações públicas e privadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTERO, Carlos Osmar (coordenador) et al. Gestão empresarial: estratégias organizacionais. São Paulo: Atlas, 2006.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração Estratégica. 2. Ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

LOBATO, David Menezes (org.). Estratégia de Empresas . 6. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia Empresarial e Vantagem Competitiva. São Paulo: FGV, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, M. (org.). Gestão estratégica de negócios – evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DAY, G.S.; REIBSTEIN, D.J. A dinâmica da estratégia competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MINTZBERG, Henry et al . Safári da Estratégia. Porto Alegre; Bookman, 2000. • PORTER, M.E. Competição – estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ZACARELLI, S.B. Estratégia e sucesso nas empresas. São Paulo: Saraiva, 2000

DISCIPLINA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 2º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Fundamentos, definição e importância do comportamento organizacional. Natureza das organizações e das pessoas. Gerenciamento de pessoas. Comunicação interpessoal e organizacional. Motivação, liderança e poder.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOWDITCH, J. L. e BUONO, A. F. Elementos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira, 2008.

MINICUCCI, Agostinho. Psicologia Aplicada à Administração. 1995. ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOLEMAN, D. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOLLENBECK, J.; WAGNER III., J. Comportamento Organizacional. São Paulo: Saraiva, 2000.

MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: LTC Editora

18.2.2 NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA:

Conceitos estatísticos básicos; Análise de Regressão: Modelo estatístico com duas variáveis, Estimadores de mínimos quadrados ordinários (MQO), Propriedades dos estimadores, Coeficiente de determinação, Análise de variância, Testes de significância e intervalo de confiança dos parâmetros; Aplicações à problemas reais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Ermes Medeiros; SILVA, Elio Medeiros; MUROLO, Afrânio Carlos; GONÇALVES, Valter. Estatística para cursos de: Economia, Administração, Ciências Contábeis. Vol 2 São Paulo: Atlas, 2010.

SMAILES, Joanne; McGRANE, Ângela. Estatística Aplicada à administração com Excel. São Paulo: Atlas, 2007.

TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística básica : para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 2006.

BUSSAB, Wilton de O. MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2002.

CRESPO, Antonio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo: Saraiva, 2002.

STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra. 1981.

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60

EMENTA

Princípios fundamentais do direito. Norma jurídica. Direitos dos tratados. Direito comunitário como fonte do direito interno. Responsabilidade internacional. Responsabilidade do Estado perante os atos privados no direito internacional. Considerações sobre justiça internacional. Princípios fundamentais do direito. Norma jurídica. Direito dos tratados. Direito comunitário como fonte do direito interno. Responsabilidade internacional. Responsabilidade do Estado perante os atos privados no direito internacional. Considerações sobre justiça internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL JUNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Atlas, 2012.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público, curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2008.

RECHSTEINER, B.Walter. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RANGEL, Vicente Marotta, Direito e relações internacionais, legislação internacional anotada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: LTR, 2010.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito internacional privado. São Paulo: Forense, 2009.

MEIRA MATTOS, Adherbal. Direito internacional público. São Paulo: Renovar, 2002.

JO, Hee Moon. Introdução ao Direito Internacional. São Paulo: LTr.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Coletânea de Direito Internacional.

VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Saraiva

GARCEZ, José Maria Rosa. Curso de Direito Internacional Provado. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

DISCIPLINA: COMÉRCIO EXTERIOR E BANCO CENTRAL DO BRASIL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA

O Comércio Exterior Brasileiro, órgãos e estrutura. BACEN – Banco Central do Brasil, formulação e execução da Política Cambial/monetária e o controle das operações de crédito direcionadas aos temas de comércio exterior. O Conselho Monetário Nacional e a fixação de diretrizes para a política monetária, creditícia e cambial. Câmara de Comércio Exterior – CAMEX – e as normas e procedimentos referentes ao credenciamento de empresas que venham a atuar no comércio exterior. SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior. RECEITA FEDERAL, administração dos tributos internos e do comércio exterior, gestão e execução das atividades de arrecadação, lançamento, cobrança administrativa, fiscalização, pesquisa e investigação fiscal e controle da arrecadação tributária, gestão e execução dos serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Marcelo de Paiva. **Comércio Exterior – Interesses do Brasil**. São Paulo : Ed. Campus, 2014;

AGUILLAR, Fernando Herren. **Sistema Financeiro Nacional – Doutrina, Jurisprudência e Legislação – Coleção Direito Econômico**. São Paulo : Saraiva, 2014;

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Cultura e Ética nas Negociações Internacionais**. São Paulo : Atlas, 2013;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARO, Ricardo. **Curso de Comércio Exterior – Visão e Experiência Brasileira**. 3ª ed. São Paulo : Atlas, 2013;

FERNANDES, Antônio Alberto Grossi. **O Sistema Financeiro Nacional Comentado**. São Paulo : Saraiva, 2014;

MAGNOLI, Demétrio. **Comércio Exterior – Interesses do Brasil**. São Paulo : Saraiva, 2013;

SOLA, Lourdes. **Banco Central – Autoridade Política e Democratização – um equilíbrio delicado.** Rio de Janeiro : FGV, 2014;

SOUZA, José Meireles. **Fundamentos do Comércio Internacional.** Vol 2. São Paulo : Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: COMÉRCIO EXTERIOR E MOBILIDADE HUMANA

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Cidadania, governança e globalização. Comércio exterior e a circulação humana global. O comércio exterior e as novas geografias da produção frente à dinâmica contemporânea da mobilidade humana. Impactos do comércio exterior no fluxo migratório, tráfico humano, refúgio e ajuda humanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALIK, Khalid. PNUD - Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990 – 2013. Lisboa, Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal, 2014.

MAZZA, Debora e VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Mobilidade Humana e Diversidade Sociocultural. São Paulo, Paco e Littera Editorial, 2011.

NORRIS, Pippa. Making Democratic Governance Work. The Impacto of Regimes on Prosperity, Welfare and Peace. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

OLIVEIRA, Edmundo. The United Nations and Human Trafficking. Orlando, Florida, Uspit, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SMITH, Michael Peter and FAVELL, Adrian. The Human Face of Global Mobility Brunswick, New Jersey, Transaction Publishers, 2006.

TAYLOR, Caroline; TORPY, Daniel Joseph; DAS, Dilip K. Policing Global Moviment: Tourism, Migration, Human Trafficking and Terrorism. London, Routledge Edition, 2012.

WORLD BANK. World Development Report , Washington, 2014.

DISCIPLINA: COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA

A disciplina tem por base discutir a relação entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico. A partir de proposições de modelos teóricos, serão discutidas a efetividade das aplicações de políticas comerciais ativas e seus efeitos em relação ao comércio, crescimento econômico, desigualdade, pobreza e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GANDOLFO, G. (1998) International Trade Theory and Policy. Springer-Verlag, Berlim, Heidelberg.

GROSSMAN, G.M. E E. HELPMAN (1991) Innovation and Growth in the Global Economy. MIT Press, Cambridge, Mass.

KRUGMAN, P. E M. OBSTFELD (2001) Economia Internacional – Teoria e Prática. Pearson Education do Brasil. São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIK, D. (1995) “Getting Intervention Right: How South Korea and Taiwan Grew Rich”. Economic Policy, 20, 53-107.

ROSSI JR., J.L. E P.C. FERREIRA (1999) “Evolução da Produtividade Industrial Brasileira e Abertura Comercial”. Texto para Discussão 651, Ipea.

SACHS, J. E A. WARNER (1995) “Economic Reform and the Process of Global Integration”. Brookings Papers on Economic Activity 1, 1-118.

WOOD, A. (1997) “Openness and Wage Inequality in Developing Countries: The Latin American Challenge to East Asian Conventional Wisdom”. The World Bank Economic Review, 11(1), 33-57.

YEATS, A. J. “Does Mercosur’s Trade Performance Raise Concerns about the Effects of Regional Trade Agreements?” The World Bank Economic Review, 12(1), 1-28.

DISCIPLINA: AMAZÔNIA NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA

A disciplina possibilitará o entendimento acerca da formação histórica, econômica, política e social da região amazônica, tal como incitará a discussão em torno aos inúmeros projetos de desenvolvimento ocorridos na mesma. As perspectivas de internacionalização e as estratégias atuais de desenvolvimento sustentável, se

alinham a premissa de defesa da soberania da região, aspectos teóricos e conceituais preponderantes que direcionarão ao conhecimento da importância e magnitude da região nas relações internacionais e na geopolítica global.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAGÓN, Luiz E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**: A nova fronteira de recursos. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

NASCIMENTO D. M. **Relações Internacionais e Defesa na Amazônia**, OBED/ NAEA UFPA, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAVAN, C. **Uma Estratégia Latino-Americana para Amazônia**, São Paulo, Ed UNESP, 1996, Vol 1, 2 e 3

RIBEIRO, N. F. **A Questão Geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: EDUFPA, 2006

MATTOS, C. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**, Rio de Janeiro, Ed Biblioteca do Exército, 1980.

XIMENES, Teresa. (org) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA, 1997.

FILHO, J. M. **O livro de Ouro da Amazônia**: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MERCADO INTERNACIONAL

Curso: Superior de Tecnologia em Comércio Exterior

Semestre: 3º ou 4º

C. H: 60 h/a

EMENTA

Em função da realidade atual da região amazônica e partindo-se das relações do Estado brasileiro com a sociedade civil nacional e suas interações com outros Estados e suas sociedades civis, pretende-se desvelar os mecanismos de formulação e implementação de políticas governamentais e sua interface com o campo internacional. Associado às credenciais que o aluno de Relações Internacionais adquiriu com o cumprimento das outras disciplinas, se pretende acrescentar novas instrumentalidades e capacidade de massa crítica aos alunos, que possam servir não só para o trabalho de conclusão do curso, como também para as opções profissionais de cada um.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério (orgs). Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas. Rio de Janeiro –Editora FGV –1ª ed. 2005.

DINIZ, Eli. Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAU, Nuria Cunill. “A rearticulação das relações Estado/sociedade: em busca de novos significados”. In: Revista do Serviço Público. Brasília, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, janeiro/abril, 1996.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octávio Pena (orgs.). Estado e gestão pública, visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1ª edição, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

WEBER, Max. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

___ ; NYE JUNIOR, Joseph S. Transnational Relations and World Politics. Harvard University Press.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto (Orgs.) Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB, 2000.

DINIZ, Eli. Governabilidade, governança e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma in Revista do Serviço Público. Brasília, Fundação Escola Nacional de Administração Pública, maio/agosto, 1996.

FIUZA, Guilherme. 3.000 dias no bunker. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1ª ed., 2006.

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 010/2014

**TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
MINERAÇÃO – SEICOM E A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PARÁ - UEPA.**

A SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 14.772.025/0001-18, com sede na Rua Curuçá nº 555 Bairro do Telégrafo nesta Cidade de Belém-PA, doravante denominada **SEICOM**, neste ato representada por sua Secretária, **MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ**, brasileira, portadora do RG nº 1642-1 CORECON-PA, CPF nº 169.157.042-72, residente e domiciliado nesta cidade, e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA**, Autarquia de Regime Especial de Ensino Superior, com sede à Rua do Una nº 156, bairro do Telégrafo, neste Município de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.860.833/0001-44, neste ato representado por seu Magnífico Reitor, **Prof. Dr. JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA**, brasileiro residente e domiciliado na Tv. Dom Romualdo Coelho, nº 365, Belém-PA, portador do CPF nº 225.335.913-17 e do RG nº 2089398 SSP-PA, nomeado via Decreto 1.362/2013 – DOE 27 de maio de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei N. 8.666/93 e suas alterações, Decreto N. 93.872/86, e demais Diplomas legais pertinentes, naquilo que se possa aplicar, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo ações comuns de cooperação entre as partes, a serem desenvolvidas sob a forma de projetos, cursos e eventos, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, saúde, alimentação e nutrição.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, Rua Curuçá, 555, bairro Telégrafo.
CEP.: 66050-080. Telefone: 91- 3110-2553 - Email: gabinete@seicomp.com.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO

A UEPA designa como Coordenador(a) responsável pelo acompanhamento das atividades previstas neste Termo de Cooperação Técnica, o servidor ITALO FLXA DI PAOLO, identidade funcional nº 5905560/1, enquanto que a SEICOM indica o servidor HELDER ABDON GASPAR, identidade funcional nº 5897207/1.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado nos limites previstos na Lei 8.666/93, no que couber, por meio de Termo Aditivo específico.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica, decorrente da execução deste Termo de Cooperação Técnica a ser eventualmente divulgado em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DENÚNCIA

Constitui motivo para a rescisão deste Termo de Cooperação Técnica o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas aqui pactuadas, também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, bem como denunciado, mediante notificação com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a Secretaria de Estado, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado – D.O.E., às expensas da SEICOM, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, Rua Curuçá, 555, bairro Telégrafo.
CEP.: 66050-080. Telefone: 91- 3110-2563 - Email: gabinete@seicompacom.pa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

Caberá à UEPA e à SEICOM, estimular e implementar ações conjuntas, somar e convergir esforços, mobilizar suas unidades, seus agentes e serviços, viabilizar investimentos, realizar estudos do modelo jurídico e impacto ambiental para a captação de recursos, com foco na ampliação dos cursos voltados para áreas de mineração, especialmente nas regiões que compreendem polos minerários no Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO – As instituições partícipes acordam em possibilitar a participação de outras entidades que manifestem desejo de atuar em parceria, com vista à consecução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, cuja adesão deverá ser formalizada por meio do respectivo Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

As linhas básicas de ação descritas na Cláusula Primeira do presente instrumento serão definidas e detalhadas mediante Termo Aditivo, ajustes específicos a serem firmados entre os partícipes, onde serão estabelecidas as responsabilidades técnicas e financeiras e a forma de prestação de contas em consonância com as propostas e demandas apresentadas, contendo, quando for o caso, Plano de Trabalho em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, devendo constar as seguintes informações:

- a) identificação da ação ou do objeto a ser executado;
- b) obrigações dos Partícipes;
- c) identificação das metas a serem atingidas;
- d) identificação das etapas ou fases de execução, com respectivo cronograma;
- e) definição do plano de aplicação de aporte financeiro;
- f) previsão de início e término de cada etapa e fases programadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estabelecido neste Instrumento que a UEPA poderá contratar uma **FUNDAÇÃO DE APOIO**, para apoio às atividades decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/94, regulamentada pelo Decreto n. 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, Rua Curuçá, 555, bairro Telégrafo.
CEP.: 66050-080. Telefone: 91- 3110-2553/- Email: gabinete@seicompa.com.br

[Assinatura]



227



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

Este Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 05(cinco) anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante aditivos, até o limite legalmente permitido, devendo a parte interessada em sua prorrogação comunicar expressamente a sua intenção com 60(sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

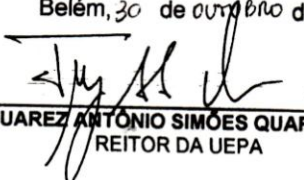
Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Justiça Estadual da Capital do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

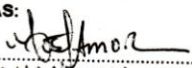
E por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Belém, 30 de outubro de 2014.


MARIA AMÉLIA RODRIGUES ENRIQUEZ
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEICOM


JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA
REITOR DA UEPA

TESTEMUNHAS:

1 
NOME: MARIA MARIA LÚCIA DA COSTA
RG N. 8189-CRC

TESTEMUNHAS:

2 
NOME: Rubens Carlos
RG N. 5.717 088





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO
ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES N.º 001/2014 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO
PARÁ – EGPA E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-
UEPA, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.**

A **ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ – EGPA**, Autarquia Estadual, com sede na Av Almirante Barroso, nº 4314, Bairro Souza, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66113-710, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.914.737/0001-33, por seu Diretor Geral, Sr. RUY MARTINI SANTOS FILHO Divorciado, Engenheiro Agrônomo, portador do CPF nº. 302.664.402-15 e da Carteira de Identidade nº. 1301134, SEGUP/PA, doravante denominada EGPA e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- UEPA**, com sede na Rua do Una, nº 156, Bairro: Telêgrafo nesta Capital CEP 66050-540, neste ato representado por seu Reitor, Sr. **JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA**, brasileiro, solteiro, Médico, Carteira de Identidade nº 2089398 e do CPF/MF nº 395.867.402-00, doravante denominada de **UEPA**, resolvem celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, em observância aos princípios constitucionais que regem a administração pública e à supremacia do interesse público, com vistas a atender ao objeto abaixo descrito, na forma das cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Instrumento é o estabelecimento de parceria entre a **Escola de Governo do Estado do Pará** e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UEPA**, com o objetivo de garantir a troca mútua de esforços, para o desenvolvimento de cursos, estudos, pesquisas e ações direcionadas à capacitação de servidores e gestores públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REPRESENTAÇÃO

As partes, de comum acordo, indicarão representantes de cada entidade para acompanhar as atividades previstas nesse instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A parceria pretendida pelas partes ocorrerá em bases de igualdade e de proveito recíproco, de acordo com as possibilidades, obedecidas as normas legais e regulamentares pertinentes e consistirá no seguinte:

PARÁGRAFO ÚNICO. Com o objetivo de acompanhar e avaliar o andamento dos trabalhos decorrentes deste Protocolo de Intenções, os representantes farão reuniões periódicas e extraordinárias, sempre que qualquer dos PARTICIPES considerar necessário.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE ATUAÇÃO DOS PARTICIPES

A atuação pretendida pelos participantes consistirá em:

- I. Assessorar e acompanhar, no campo acadêmico, todas as atividades pertinentes à expertise dos PARTICIPES;
- II. Fornecer estrutura e apoio logístico à realização dos eventos, incluindo-se o controle disciplinar e pedagógico dos alunos;
- III. Disponibilizar o corpo discente e docente;
- IV. Conveniência e oportunidade, a participação nos eventos promovidos;
- V. Disponibilizar salas de aulas, conforme as necessidades acadêmicas, operacionais e o juízo de conveniência e oportunidade, além do uso compartilhado da biblioteca, salas de estudos, secretaria acadêmica, livraria, lanchonete e demais dependências;
- VI. Envidar todos os esforços postos à sua disposição para facilitar a realização deste Protocolo de Intenções, especialmente no que diga respeito à divulgação dos eventos e indicação dos alunos;
- VII. Disponibilizar material didático referente aos cursos a serem realizados;
- VIII. Estabelecer meios de intercâmbio de conhecimentos, informações, pesquisas e sistemas de informação, com vistas a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO
ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Considerando o caráter não oneroso do presente Protocolo de Intenções e sua finalidade pública, ratifica-se que os partícipes não cobrarão valores relativos às respectivas horas técnicas disponibilizadas para a realização das atividades.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Este Protocolo de Intenções vigorará a partir da data de sua assinatura, estendendo-se pelo prazo de 02 (anos) ano, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante aditivos, até o limite legalmente permitido, devendo a parte interessada em sua prorrogação comunicar expressamente a sua intenção com 20 (vinte) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO

Fica estabelecido que qualquer dos PARTÍCIPES tem direito de rescindir este Protocolo de Intenções por inadimplemento de qualquer uma das suas cláusulas ou condições, devendo o interessado externar formalmente sua intenção neste sentido mediante notificação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações assumidas até esse momento, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão decorrerá do descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, onerando os seus efeitos de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

As dúvidas, omissões e conflitos decorrentes da realização do presente instrumento serão resolvidos administrativamente pelas autoridades máximas que o celebram, por mútuo entendimento.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Escola de Governo do Estado do Pará, no prazo de até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste termo, providenciará a sua publicação, em extrato, às suas expensas, no Diário Oficial do Estado do Pará, nos termos do § 5º, do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir eventuais divergências ou questões decorrentes deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ENCERRAMENTO: E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Protocolo de Intenções em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma, para que se produzam seus devidos e legais efeitos, sendo assinadas na presença das testemunhas signatárias, para um só efeito legal.

Belém (PA), 15 de ~~setembro~~ de 2014.

Ruy Martini Santos Filho
Diretor Geral da EGPA

Juarez Antônio Simões Quaresma
Reitor da UEPA

Testemunhas:

1ª Débora Rocha de A. Souza.
CPF nº. 753.017.172-00
CI nº. 3656500.

2ª Antônio José Coelho Silva
CPF nº. 794.504.202-06
CI nº. 3747323



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.^(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto nas alíneas “b” e “d” do Artigo 7º, na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do Artigo 9º da Lei 4.024/61, na redação dada pela Lei Federal 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Artigos 8º, § 1º, 9º, Inciso VII e § 1º, 39 a 57 da Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996 (LDBEN), nos Decretos 2.208, de 17 de abril de 1997, e 3.860, de 9 de julho de 2001, e com fundamento no Parecer CNE/CES 436/2001 e no Parecer CNE/CP 29/2002, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 12 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

Art. 3º São critérios para o planejamento e a organização dos cursos superiores de tecnologia:

I - o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;

II - a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;

III - a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Art. 4º Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo.

^(*) Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 162.

§ 1º O histórico escolar que acompanha o diploma de graduação deverá incluir as competências profissionais definidas no perfil profissional de conclusão do respectivo curso.

§ 2º A carga horária mínima dos cursos superiores de tecnologia será acrescida do tempo destinado a estágio profissional supervisionado, quando requerido pela natureza da atividade profissional, bem como de eventual tempo reservado para trabalho de conclusão de curso.

§ 3º A carga horária e os planos de realização de estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso deverão ser especificados nos respectivos projetos pedagógicos.

Art. 5º Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho.

§ 1º O concluinte de módulos correspondentes a qualificações profissionais fará jus ao respectivo Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico.

§ 2º O histórico escolar que acompanha o Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico deverá incluir as competências profissionais definidas no perfil de conclusão do respectivo módulo.

Art. 6º A organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade.

§ 1º A organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

§ 2º Quando o perfil profissional de conclusão e a organização curricular incluírem competências profissionais de distintas áreas, o curso deverá ser classificado na área profissional predominante.

Art. 7º Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Art. 8º Os planos ou projetos pedagógicos dos cursos superiores de tecnologia a serem submetidos à devida aprovação dos órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor, devem conter, pelo menos, os seguintes itens:

- I - justificativa e objetivos;
- II - requisitos de acesso;
- III - perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas;
- IV - organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização do estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso, se requeridos;
- V - critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;
- VI - critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas;
- VII - instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca;
- VIII - pessoal técnico e docente;
- IX - explicitação de diploma e certificados a serem expedidos.

Art. 9º É facultado ao aluno o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas, para fins de prosseguimento de estudos em cursos superiores de tecnologia.

§ 1º As competências profissionais adquiridas em cursos regulares serão reconhecidas mediante análise detalhada dos programas desenvolvidos, à luz do perfil profissional de conclusão do curso.

§ 2º As competências profissionais adquiridas no trabalho serão reconhecidas através da avaliação individual do aluno.

Art. 10. As instituições de ensino, ao elaborarem os seus planos ou projetos pedagógicos dos cursos superiores de tecnologia, sem prejuízo do respectivo perfil profissional de conclusão identificado, deverão considerar as atribuições privativas ou exclusivas das profissões regulamentadas por lei.

Art. 11. Para subsidiar as instituições educacionais e os sistemas de ensino na organização curricular dos cursos superiores de tecnologia, o MEC divulgará referenciais curriculares, por áreas profissionais.

Parágrafo único. Para a elaboração dos referidos subsídios, o MEC contará com a efetiva participação de docentes, de especialistas em educação profissional e de profissionais da área, trabalhadores e empregadores.

Art. 12. Para o exercício do magistério nos cursos superiores de tecnologia, o docente deverá possuir a formação acadêmica exigida para a docência no nível superior, nos termos do Artigo 66 da Lei 9.394 e seu Parágrafo Único.

Art. 13. Na ponderação da avaliação da qualidade do corpo docente das disciplinas da formação profissional, a competência e a experiência na área deverão ter equivalência com o requisito acadêmico, em face das características desta modalidade de ensino.

Art. 14. Poderão ser implementados cursos e currículos experimentais, nos termos do Artigo 81 da LDBEN, desde que ajustados ao disposto nestas diretrizes e previamente aprovados pelos respectivos órgãos competentes.

Art. 15. O CNE, no prazo de até dois anos, contados da data de vigência desta Resolução, promoverá a avaliação das políticas públicas de implantação dos cursos superiores de tecnologia.

Art. 16. Para a solicitação de autorização de funcionamento de novos cursos superiores de tecnologia e aprovação de seus projetos pedagógicos, a partir da vigência desta resolução, será exigida a observância das presentes diretrizes curriculares nacionais gerais.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses, contados da data de cumprimento do prazo estabelecido no artigo anterior, para que as instituições de ensino procedam as devidas adequações de seus planos de curso ou projetos pedagógicos de curso às presentes diretrizes curriculares nacionais gerais, ressalvados os direitos dos alunos que já iniciaram os seus cursos.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA
Presidente do Conselho Nacional de Educação

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2007¹

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, do art. 9º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo art. 7º, *caput*, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com as alterações da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, bem como o disposto no Parecer CNE/CES nº 261/2006, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 25 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o *caput*, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.

Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.

Parágrafo único. Os cursos de graduação, bacharelados, cujas cargas horárias mínimas não estão fixadas no Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, devem, da mesma forma, atender ao que dispõe o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e esta Resolução.

Art. 6º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO RONCA

¹ Resolução CNE/CES 3/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de julho de 2007, Seção 1, p. 56.

